

PMAS 2026 - 2029



ASSISTÊNCIA SOCIAL
Reserva/PR
Levando seus direitos a sério!





DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Identificação do Plano:

Título: Plano Municipal de Assistência Social – Reserva/PR
Vigência: 2026–2029

Responsáveis pela Redação:

Regina da Silva Reifur - Gestão Municipal do SUAS
Madiam Eleodoro da Silva - Vigilância Socioassistencial
Juliana Kolcheski Borowiec - Secretaria Executiva dos Conselhos

Colaboradores e Participantes do Processo:

Trabalhadores do SUAS e conselheiros do CMAS que participaram do monitoramento (25/07/2025)
Delegados e participantes da 15ª Conferência Municipal (03/07/2025)

Período de Elaboração:

Julho a Agosto de 2025

Contato do Responsável:

Regina da Silva Reifur – Assistente Social
E-mail: sec.assistenciasocialdereserva@gmail.com
Telefone: (42) 98423-3886

2. Dados Municipais:

Município	Reserva – PR
Porte Populacional	Pequeno Porte II
Nível de Gestão do SUAS	Gestão Básica
Prefeito	Lucas Machado Ribeiro
Mandato	01/01/2021 a 31/12/2024
Endereço da Prefeitura	Av. Cel. Rogério Borba, 764 – Centro – CEP 84320-000
Telefone / E-mail / Site	(42) 3276-8308 – gabinete@reserva.pr.gov.br – www.reserva.pr.gov.br



3. Dados do Órgão Gestor da Assistência Social:

Nome: Secretaria Municipal de Assistência Social

Endereço: Rua Pastor Gregório Szeremeta Filho, 805, bairro Ferreira

Telefone: (42) 3276-2177

E-mail: sec.assistenciasocialdereserva@gmail.com

Site: <https://reserva.pr.gov.br/secretaria-de-assistencia-social/>

HYPERLINK "http://reserva.pr.gov.br"**Gestora:** Thelma Rosana Heil

4. Dados do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):

Lei de Criação: Lei nº 1259/2022, de 28/06/2022

Decreto de Regulamentação: Decreto nº 1086/2012, de 03/03/2012

CNPJ: 76.169.879/0001-61

https://reserva.pr.gov.br/wp-content/uploads/2025/06/LEI_1622-2025.pdf

5. Conselho Municipal De Assistência Social (CMAS):

Lei de Criação: Lei nº 1622/2022, de 06/05/2025 <https://reserva.pr.gov.br/wp-content/uploads/2025/07/LEI-N-1638-2025.pdf>

Endereço: Rua Pastor Gregório Szeremeta Filho, 805, bairro Ferreira

E-mail: conselhos.sas.reservapr@gmail.com

Presidente: Marlene Inglês de Campos

Secretária Executiva: Juliana Kolcheski Borowiec

Composição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS (2024–2026)

I – Representantes do Governo Municipal

Secretaria	Titular	Suplente
Secretaria de Assistência Social	Carina Pereira Baron Martins	Daiana Adrielle Chechelake
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	Shelley Giane Szulc	Romilda Carneiro Machado
Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária	Thais Mendes Martins Didek	Jocelene de Fátima Mendes dos Santos

II – Representantes da Sociedade Civil

Segmento	Titular	Suplente
Usuários do SUAS	Marlene Ingles de Campos	João Alves de Campos



Organizações Sociais da Rede
Socioassistencial

Andressa Lacerda Rozanski
Ferreira

Luciane Fernandes
Vieira

Trabalhadores do SUAS

Gleice Gomes dos Santos

Savio Pytlak Ramos



LISTA DE SIGLAS

ACOLHE – Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
ACS – Agente Comunitário de Saúde
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CADSUAS – Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social
CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ESF – Estratégia Saúde da Família
FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social
GESUAS – Sistema de Gestão do SUAS
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LA – Liberdade Assistida
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OSC – Organização da Sociedade Civil
PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF – Programa Bolsa Família
PCD – Pessoa com Deficiência
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PPA – Plano Plurianual
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade
QEDU – Plataforma de Dados Educacionais
RI SOCIAL – Relatório de Informações Sociais
RMA – Registro Mensal de Atendimentos
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SGD – Sistema de Garantia de Direitos
SUAS – Sistema Único de Assistência Social



TEA – Transtorno do Espectro Autista

VSA – Vigilância Socioassistencial



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL	9
1.1 MARCO SITUACIONAL	10
1.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	13
1.3 SAÚDE	14
1.4 EDUCAÇÃO	15
1.4 ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	16
1.4.1 Órgão Gestor da Política de Assistência Social.....	17
1.4.2 Proteção Social Básica	17
1.4.3 Proteção Social Especial	19
1.5 INDICADORES DE ATENDIMENTO	22
1.5.1 Cadastro único e dimensão da vulnerabilidade	22
1.5.2 Monitoramento e Classificação	23
1.6 CONSIDERAÇÕES.....	24
2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	27
2.1 Objetivo Geral.....	27
2.2 Objetivos Específicos	27
3. DIRETRIZES E PRIORIDADES DELIBERADAS	29
Diretrizes Organizacionais do SUAS (conforme NOB/SUAS/2012, art. 5º)	29
Diretrizes Municipais para o Período 2026–2029	29
4. PLANO DE AÇÃO.....	31
5. MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO	80
6. RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS.....	81
7. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS	83
8. INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Assistência Social de Reserva-PR, com vigência de 2026 a 2029, é um instrumento estratégico e obrigatório da gestão pública municipal, elaborado conforme as normativas da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS 2012).

Trata-se de um plano que orienta as ações da política de assistência social no município, estabelecendo objetivos, metas e diretrizes para o atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, promovendo a proteção social e a garantia de direitos.

A concepção de planejamento adotada neste plano parte da análise do território e das vulnerabilidades diagnosticadas de forma participativa, a partir de dados da Vigilância Socioassistencial, do monitoramento do plano anterior (2022–2025) e das deliberações da 14ª e 15ª Conferência Municipal de Assistência Social, realizadas, respectivamente, em 07 de julho de 2023 e 03 de julho de 2025.

O processo de elaboração contou com a participação ativa dos trabalhadores do SUAS, conselheiros do CMAS, usuários e representantes da sociedade civil, por meio de reuniões, encontros preparatórios, escuta qualificada nos equipamentos e sistematização de propostas da conferência municipal. A metodologia adotada priorizou a construção coletiva, a escuta territorializada e o alinhamento às diretrizes nacionais.

Entretanto, mais um quadriênio se vai sem que o monitoramento do PMAS se torne orgânico no município, sendo impossível avançar sem esta análise, é imprescindível que este novo plano possa ser monitorado conforme previsto.

A prática do planejamento quadrienal vem fortalecendo a institucionalização da política de assistência social em Reserva-PR, com avanços na gestão, ampliação de serviços e no reconhecimento da política como direito social.



1. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

O presente diagnóstico tem como finalidade possibilitar uma análise interpretativa de uma determinada realidade social. A partir dele, o município passa a (re)conhecer as necessidades e demandas da população, especialmente no que se refere às políticas de assistência social. Esse processo permite identificar as particularidades do território, revelando tanto suas carências quanto suas potencialidades, possibilitando o alinhamento das ações às condições concretas vivenciadas pelos cidadãos.

Ao compreender as diversas dimensões das situações de precarização que colocam em risco a autonomia, o convívio familiar e social dos indivíduos, torna-se possível estruturar estratégias de intervenção mais eficazes. Dessa forma, o diagnóstico socioterritorial constitui um instrumento essencial para a Vigilância Socioassistencial, pois orienta, com base em dados concretos, a identificação de demandas e a organização dos serviços ofertados à população.

Conforme disposto na NOB-SUAS (2012):

Art. 87. A Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por meio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, tratando:

I - das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos, e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios;
II - do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. (BRASIL, 2012, p. 40)

O ponto de partida para o trabalho da Vigilância Socioassistencial é o conhecimento acumulado e sistematizado pelas equipes técnicas vinculadas aos equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social.

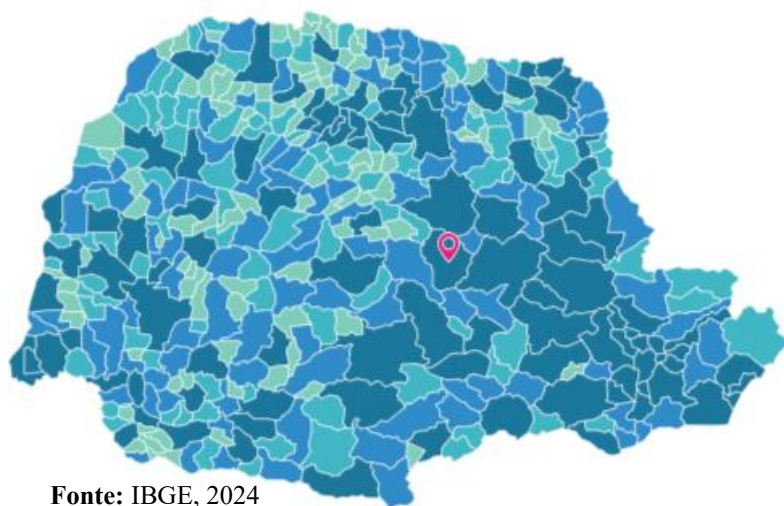
Em Reserva, o processo de elaboração do diagnóstico da Vigilância Socioassistencial vem sendo desenvolvido de forma gradual. Para isso, foram iniciadas ações de levantamento de dados por meio de diferentes sistemas de informação voltados à rede de serviços socioassistenciais, como os sistemas GESUAS, RMA, CADSUAS, CECAD, relatórios institucionais, entre outros.

O principal objetivo do diagnóstico socioterritorial do município é subsidiar a formulação de políticas públicas e orientar ações de desenvolvimento local, a partir da oferta de informações qualificadas. Esse instrumento possibilita uma compreensão mais precisa das demandas e necessidades da população, além de identificar as potencialidades e vulnerabilidades do território.

Os resultados obtidos são organizados com objetivo de facilitar a análise e interpretação dos dados levantados, contribuindo para a construção de estratégias mais eficazes no âmbito da assistência social.

1.1 MARCO SITUACIONAL

Desmembrado de Tibagi, sua instalação ocorreu em 26 de março de 1921, pela Lei Estadual nº 2.038/1921. Em 2022, a área do município era de 1.635,535 km², o que o coloca na posição 13 de 399 entre os municípios do estado e 903 de 5570 entre todos os municípios. Fica 219,36 km de Curitiba e faz limite com os municípios de Cândido de Abreu, Rosário do Ivaí, Ortigueira, Imbaú, Tibagi e Ivaí. (IPARDES, 2024)



Fonte: IBGE, 2024

Etimologicamente de origem geográfica, seu nome refere-se a reserva indígena que existia no território. O município desenvolveu-se lentamente, devido sua grande extensão e difícil acesso. Somente na década de 1980 iniciaram as construções de pavimentação asfáltica, tendo por grande impulso, no ano de 1981 a pavimentação da PR-541, obra que facilitou o acesso ao município, trazendo conseqüentemente o progresso sobre rodas. Reserva está interligada por rodovia asfaltada a todo o país, através da PR487, distante 27 Km da Rodovia do Café e a 93 Km de Manoel Ribas (LUZ, 2014).

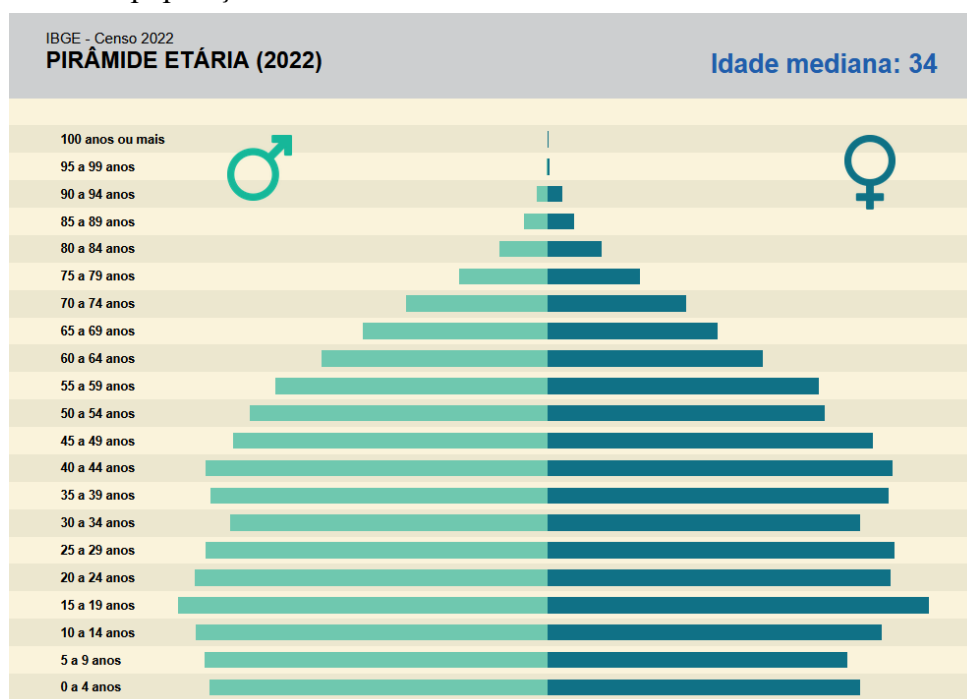
Conforme Taques (2014), Reserva não possui, desde a sua existência, colônias genuínas de estrangeiros, porém, grande parte de sua população é descendente, na maioria de poloneses. Depois, em menor número, os ucranianos, italianos e alemães. Os estrangeiros vieram atraídos pelo solo e clima parecidos com os da Europa, o que facilitaria as práticas agrícolas que estavam acostumados.

Conforme informações obtidas através do Censo 2022 (IBGE), o município tem densidade demográfica de 15,02 habitantes por quilômetro quadrado, com uma população de 24.573 habitantes e estimativa populacional de 24.851 para 2024. O IBGE apresentou com o último Censo de 2022 uma redução de crescimento geométrico de 0,12%, com variação absoluta da população residente em 2010 compatibilizada de menos (-) 370 pessoas. A diferença entre os sexos é de apenas 315 pessoas, o que sugere um equilíbrio entre os gêneros, com ligeira predominância masculina.

População Censitária por Faixa Etária e Sexo - 2022			
Faixa Etária	Masculina	Feminina	Total
De 0 a 4 anos	895	824	1719
De 5 a 11 anos	1.285	1.131	2.416
De 12 a 17 anos	1.125	1.143	2.268
De 18 a 59 anos	7.216	7.152	14.368
60 ou mais	1.923	1.879	3802
TOTAL	12.444	12.129	24.573

Fonte: IBGE, elaborado por Juliana K. Borowiec

A tabela apresenta uma pirâmide etária ampla, com maior concentração na faixa de 18 a 59 anos, que abrange a população adulta ativa. Isso é típico em muitas sociedades, onde há uma base ampla nas faixas iniciais (infância) e uma concentração de adultos na faixa produtiva. A população de (60 anos ou mais) é de 3.802 pessoas, com uma leve predominância masculina (1.923 homens e 1.879 mulheres). A diferença entre os sexos nesta faixa etária é pequena, mas a quantidade total de pessoas ainda é considerável, o que indica uma população envelhecendo.



Fonte: IBGE Cidades, acesso em abril de 2025.

Com relação a distribuição populacional entre área rural e urbana, o Censo 2022 apresentou diminuição nos residentes no meio rural, o que pode estar associado ao êxodo rural, principalmente, com relação a população jovem, em busca de qualificação e emprego.



DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL 2010



DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL 2022



Fonte: RI SOCIAL, elaborado por Juliana Kolcheski Borowiec

Em acervo da Prefeitura de Reserva, por meio de pesquisa desempenhada por Luz (2014) o município de Reserva, no ano de 1950, via na pecuária e sobretudo na agricultura a sua maior fonte de arrecadação de recursos, sendo a lavoura de feijão a que mais contribuiu para isso. A diversidade agrícola veio reforçar a economia local, sendo cultivados o milho, a soja, o arroz, a batata e o fumo. Nos anos de 1980 os derivados de hortigranjeiros vieram a concorrer com o cultivo das espécies já citadas anteriormente.

O mesmo autor destaca:

A criação de suíno teve o seu auge nas décadas de 1950 e 1960. O acessível a todos os colonos graças à simplicidade no manejo e boa adaptação na região, o suíno, igual aos plantios, também alicerçou a economia local. Rebanhos inteiros eram transportados até os centros de consumo, as cidades grandes, no caso, Ponta Grossa e Tibagi. (LUZ, p. 2014)

E por fim, pontua sobre o surgimento do comércio como outra fonte de recursos para o município, porém, sempre dependeu muitos dos agricultores e pecuária para se movimentar. E, em contraste com a produção agrícola que se apresentou durante uma série de décadas, observa-se a existência de uma razoável produção industrial onde se aproveita e transforma a matéria-prima abundante no município, a madeira. (LUZ, 2014).

Conforme informações disponibilizadas pelo IBGE (2024), o município de Reserva, no ano de 2022 contava com 4.532 pessoas ocupadas, com salário médio mensal de 2,0 salários-mínimos por trabalhador. Comparado com outros municípios está na 2269º no País, 255º no Estado e 5º colocação na área geográfica imediata.



A base da economia do município é a agricultura, com lavoura temporária baseada na produção de grãos (soja, milho e feijão) e tomate. Na área de explorações florestais, o município está inserido na área de atuação de diversas empresas madeireiras, principalmente Klabin do Paraná.

Há grande incidência de pessoas que trabalham como diaristas nas lavouras, sem renda fixa, que dependem de períodos de plantio e colheita para garantir uma renda; do corte de madeira e hortas de tomate sendo contratados temporariamente pelos chamados “gatos” (agenciadores de mão de obra barata) e também pelo beneficiamento de madeira (serrarias de pequeno e médio porte).

Em consulta no DATASUS (2025), observou-se que o município de Reserva apresentou índice de Gini da renda domiciliar per capita no período de 1991 de 0,5188, no período de 2000 de 0,6084 e no período de 2010 de 0,5091.

1.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Conforme informações obtidas junto ao IBGE, em pesquisa realizada em 2022, 18,44% da população estava ocupada no mercado de trabalho, o que equivale à 4.532 pessoas. Entre os trabalhadores formais identificou-se salário médio de 2,0 salário mínimos.

O cadastro único para programas sociais revelou que em março de 2025 haviam 14.231 pessoas cadastradas, destas:

- 6.760 (48%) estavam em situação de pobreza;
- 4.058 (29%) estavam em situação de baixa renda;
- 3.413 (24%) recebiam acima de ½ salário mínimo.

Em março de 2025, eram 14.231 pessoas com cadastro único ativos. Destes, obtêm-se informações quanto a situação de trabalho da população inscrita, sendo:

- Trabalhador por conta própria (bico, autônomo): 1.055
- Trabalhador temporário em área rural: 333
- Empregado sem carteira de trabalho assinada: 69
- Empregado com carteira de trabalho assinada: 1.625
- Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada: 39
- Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada: 9
- Trabalhador não remunerado: 13
- Militar ou servidor público: 145
- Empregador: 5
- Estagiário: 0
- Aprendiz: 12
- Sem resposta: 10.926

Dentre as famílias com cadastro único ativo, obtêm-se informações referente a grupos populacionais específicos, sendo:

- Ciganos: 1



- Agricultores familiares: 133
- Assentados da reforma agrária: 66
- Acampados: 1
- Pessoas em situação de rua: 3
- Coletores de materiais recicláveis: 18
- Trabalho infantil: 1

Em consulta junto à instituição de Longa Permanência para Pessoa Idosa Lar Nossa Senhora das Graças, em abril de 2025 a entidade contava com 23 pessoas idosas acolhidas.

1.3 SAÚDE

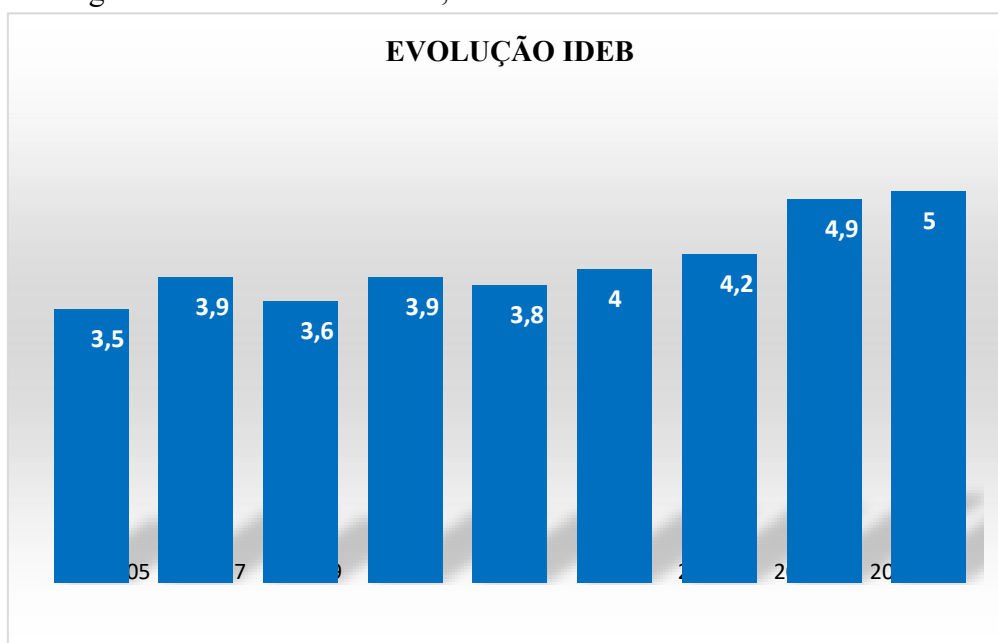
O município dispõe de uma rede de Unidades Básicas de Saúde (UBS) que oferecem serviços essenciais à população, como consultas médicas, vacinação, acompanhamento de doenças crônicas e orientações sobre cuidados preventivos. A atenção primária à saúde é tratada como prioridade, com o objetivo de aproximar os profissionais das comunidades e garantir o acesso contínuo aos cuidados de saúde. Conforme informações disponibilizadas pela Secretaria de Saúde do Município de Reserva, o município conta com as seguintes 6 ESFs na área urbana e 5 ESFs na área rural:

Urbana	Rural
<ul style="list-style-type: none"> • ESF Ferreira: presta atendimento aos territórios Centro e Ferreira; • ESF Vila Martins: presta atendimento aos territórios Jardim Paraná, Anta Gorda, Saraiva, Marins, Vila Martins e Morro Chato; • ESF São Francisco presta atendimento aos territórios Bairro Lourdes, Sinh'Ana, São Francisco, Bairro dos Carneiros, Lageanos e Barra Mansa; • ESF São José (Cruzeiro) presta atendimento aos territórios Anta Magra, Agudinho, Imabu de Baixo, Loteamento Stunder, Loteamento Santo Antonio, Lajeado de Assis, Lajeado dos Proenças, Jardim América, Maromba, Vila Rodeio, Loteamento Leuch; • ESF Dr. José Cincinato (Santa Helena): presta atendimento aos territórios Santa Helena, Jardim Alvorada, Gavião Bonito, Mercer, Maromba; • ESF Centro: presta atendimento aos territórios Centro, Ferreira, Jardim Social e Galileia. 	<ul style="list-style-type: none"> • ESF Palmital: presta atendimento aos territórios Palmital, Sabugueiro, Cricipuma III, Botucudos, Sertãozinho, Santa Cruz e Vau; • ESF Campinas Belas: presta atendimento aos territórios Bela Vista do Morro Vermelho, Fazendinha, Barreiro, Cavinha, Imbuia, Macacos; • ESF Campnas Belas II: presta atendimento aos territórios: Marrecas, Barra Bonita, Chapadão, Pinhal Preto, Criciuma I, Criciuma II, Laranjeiras, Pinhal Preto; • ESF José Lacerda: presta atendimento aos territórios José Lacerda, Barreiro dos Crentes, Leonardos, Erval de Cima, Sapé e Imbu; • ESF Rio Novo: presta atendimento aos territórios Espigão Preto, Rio Novo, Calixto, Barrinha, Pinhal Chato, Lajeado do Rocio e Faxinal Fino.

1.4 EDUCAÇÃO

A rede municipal de ensino é composta por escolas que oferecem educação infantil, ensino fundamental e, em alguns casos, programas de educação para jovens e adultos. A educação básica é a principal prioridade da gestão educacional, com ações voltadas para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, além da promoção de um ambiente escolar acolhedor e seguro para os estudantes.

O IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é um indicador nacional que avalia a qualidade da educação no Brasil e serve para medir a qualidade do aprendizado e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O município de Reserva tem melhorado gradativamente os números, conforme:



Fonte: QEDU, 2024

Conforme dados do IBGE, em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 96,2%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 359 de 399. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 4435 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 5,7 e para os anos finais, de 5. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 264 e 266 de 399. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 2234 e 1937 de 5570.

Em relatório apresentado pela Secretaria Municipal de Educação do município nominando as escolas, modalidade e números de alunos na rede regular de ensino nos anos de 2022, 2023 e 2024, apresenta-se:

Escola	Modalidade	Bairro	Alunos 2022	Alunos 2023	Alunos 2024
Artur Antunes Ribeiro	Ens. Fundamental	Vau	72	60	56



Ataíde Mendes Batista	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Rio Novo	115	119	119
Benjamim Branco	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Pinhal Preto	75	74	84
Cantinho do Saber	Ed. Infantil	Vau	34	25	37
Elvira Rosas	Ens. Fundamental	José Lacerda	175	161	159
Escolinha Mágica	Ed. Infantil	José Lacerda	66	61	59
Evangelina B. dos Santos	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Vila Martins	341	338	353
Francisco Alves Martins	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Palmital	58	66	57
Frei Henrique de Coimbra	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Campinas Belas	39	31	29
Luiza Almeida Ferreira	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Centro	332	327	438
Marcos Lemes	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Pinhal Chato	102	82	83
Maria de Lourdes V. Miranda	Ed. Infantil	Lourdes	230	224	211
Paraíso Infantil	Ed. Infantil	Saraiva	100	119	117
Pedacinho do Céu	Ed. Infantil	Vila Martins	124	113	130
Pingo de Gente	Ed. Infantil	Cruzeiro	163	196	156
Rogério Borba	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Centro	432	428	440
Frei Thomaz	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Lourdes	353	384	380
Rogério Borba	EJA - Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Centro	23	25	22

Fonte: Secretaria Municipal de Educação do município de Reserva/PR

Com relação às escolas estaduais, conforme informações do QEDU, Reserva conta com oito escolas, sendo:

Escola	Endereço
Albano G Martins C E C Prof Ef M	Pinhal Preto
Alberto Kurcheidt E E Ef	Rio Novo
Campinas Belas E E Ef	Campinas Belas
Gregorio Szeremeta C E Ef M	Centro
Helena R Fioravante C E Profa Ef M	Centro
Joao Lucio De Almeida C E C Prof Ef M	Pinhal Chato
Manoel A Gomes C E Ef M P	Centro
Teofila Nassar Jangada C E C Ef M	José Lacerda

Fonte: QEDU, acesso em 30 de outubro de 2024.

1.4 ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política de Assistência Social está organizada em níveis de proteção social, estruturados de acordo com o grau de vulnerabilidade e risco vivenciado pelos indivíduos e famílias. Essa organização compreende três modalidades principais: Proteção Social



Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

1.4.1 Órgão Gestor da Política de Assistência Social

O órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social de Reserva/PR é a Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela coordenação, planejamento, execução e monitoramento das ações, programas, projetos e serviços socioassistenciais em âmbito local, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A secretaria atua de forma articulada com os equipamentos da rede socioassistencial pública e privada, incluindo os serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, garantindo o atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Entre as atribuições do órgão gestor, destacam-se:

- Coordenação e execução da política municipal de assistência social;
- Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, em consonância com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Gestão e supervisão das unidades públicas da assistência social (CRAS, CREAS, ACOLHE, entre outros);
- Articulação com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), garantindo o controle social e a deliberação participativa das ações;
- Acompanhamento e execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- Planejamento e capacitação continuada das equipes técnicas.

Embora sua função principal esteja voltada à política de assistência social, observa-se que a Secretaria também tem acumulado a responsabilidade pela gestão de outros conselhos, como o Conselho da Criança e do Adolescente, o Conselho da Pessoa Idosa e o Conselho da Mulher. E a pasta, outrora única, possui hoje em sua estrutura administrativa o Departamento da Mulher, Família, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência. Sobrecarregando, assim, sua estrutura administrativa e diluindo o foco técnico na condução da política socioassistencial.

A atuação do órgão gestor é essencial para assegurar o acesso aos direitos socioassistenciais, promovendo a inclusão social, a equidade e a superação das desigualdades no território. A gestão tem buscado fortalecer os mecanismos de vigilância socioassistencial, ampliando o conhecimento sobre as vulnerabilidades locais e qualificando as respostas da rede de proteção.

1.4.2 Proteção Social Básica

CRAS



O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal vinculada à política de Assistência Social, de gestão municipal, que integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tem como principal função ofertar serviços continuados de Proteção Social Básica a famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio de ações, programas, projetos e benefícios que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como o desenvolvimento das potencialidades dos usuários.

O CRAS é categorizado como a principal porta de entrada para os serviços socioassistenciais. A unidade executa suas ações por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), de acordo com as normativas do SUAS e com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

A equipe técnica do CRAS está estruturada conforme os parâmetros da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS), considerando as exigências para municípios de Pequeno Porte II, e é composta por profissionais como assistente social, psicólogo e técnico administrativo.

Dada a extensa área rural do município, o CRAS também opera por meio da modalidade volante, o que amplia significativamente o acesso da população residente nas comunidades mais distantes aos serviços socioassistenciais. Essa estratégia busca garantir o princípio da equidade no atendimento, assegurando que tanto os moradores da zona urbana quanto os da zona rural tenham seus direitos assegurados, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004).

O CRAS Volante realiza atendimentos com equipe técnica, garantindo a oferta dos mesmos serviços previstos para a unidade sede. Entre os principais serviços desenvolvidos pelas duas modalidades (sede e volante), destacam-se:

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): com foco no fortalecimento da função protetiva das famílias, acolhida, busca ativa, atendimentos técnicos, visitas domiciliares, concessão de benefícios eventuais e ações coletivas temáticas (ex: prevenção à violência contra a mulher, exploração sexual infantil, trabalho infantil, entre outros). As ações do PAIF envolvem o trabalho social com famílias de forma contínua, com o objetivo de fortalecer a função protetiva familiar, prevenir a ruptura de vínculos, promover o acesso a direitos e melhorar a qualidade de vida dos usuários. As intervenções são de caráter preventivo, protetivo e proativo, utilizando abordagens coletivas e individuais, como atendimentos técnicos, visitas domiciliares, atualizações cadastrais no Cadastro Único, concessão de benefícios eventuais e orientações diversas.

Centros de Convivência

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes e pessoas idosas (SCFV): realizado por meio de oficinas e encontros, ofertado de forma descentralizada no Bairro Ferreira, localidade Erval de Cima, no Barracão Sociocultural,



nas OSCs de atendimento à pessoa idosa e com ações no território. O SCFV, por sua vez, organiza grupos por faixas etárias, respeitando as diretrizes da Tipificação dos Serviços. A composição dos grupos considera o ciclo de vida dos participantes, suas vulnerabilidades e os riscos vivenciados, sempre buscando estratégias que promovam a convivência, o pertencimento e a superação das situações de fragilidade social. As atividades são planejadas de modo atrativo, participativo e com objetivos definidos, visando fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Além disso, o CRAS é responsável pela operacionalização dos benefícios previstos na Lei Municipal nº 1.629/2025, que regulamenta os Benefícios Eventuais, como cesta básica, auxílio para documentação, passagens, auxílio por morte, entre outros, voltados a famílias em situação de vulnerabilidade temporária.

A unidade também realiza encaminhamentos para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) à pessoa idosa (a partir de 65 anos) e à pessoa com deficiência, além da intermediação para emissão de documentos como o Passe Livre Interestadual para pessoas com deficiência e doenças crônicas com renda per capita de até um salário mínimo, Carteira da Pessoa Idosa e Carteira da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

No município de Reserva, o CRAS ainda executa o Programa Nossa Gente Paraná, uma iniciativa estadual voltada ao atendimento de famílias em situação de alta vulnerabilidade. Através dele, é elaborado um plano de ação e acompanhamento familiar intersetorial, envolvendo políticas públicas como assistência social, saúde, educação, habitação e agricultura. O programa se organiza por meio de comitês em níveis local, municipal, regional e estadual, que se reúnem periodicamente para avaliar e fortalecer as ações. Entre os projetos associados ao programa destacam-se o Caixa D'Água Boa e o Programa de Transferência de Renda Comida Boa.

Em síntese, o CRAS representa a principal referência de acesso aos serviços, programas e benefícios do SUAS no município de Reserva, atuando na identificação das vulnerabilidades sociais e no desenvolvimento de ações que visam à promoção da cidadania, proteção social e fortalecimento das famílias e comunidades.

1.4.3 Proteção Social Especial

Média Complexidade

CREAS

O CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) é responsável por ofertar serviços especializados a indivíduos e famílias que vivenciam situações de violação de direitos, mas que ainda mantêm vínculos familiares e comunitários. Seu foco é a proteção social especial de média complexidade, atuando na reparação e prevenção de agravamentos dessas situações.

Entre os principais serviços ofertados pelo CREAS, destacam-se:



Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI): atende pessoas que sofreram violência física, psicológica, sexual, negligência, abandono, exploração sexual, trabalho infantil, entre outras formas de violação. O serviço realiza escuta qualificada, acompanhamento psicossocial e encaminhamentos à rede de proteção.

Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: acompanha adolescentes em cumprimento de medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), promovendo ações de responsabilização e apoio à reintegração social.

Serviço de Proteção Social Especial (PSE) para Pessoas com Deficiência e Idosas: Esse serviço oferece acompanhamento especializado por meio de atendimentos individuais e coletivos, priorizando a escuta qualificada, a construção de vínculos, a articulação com a rede de saúde, justiça e demais políticas públicas.

Acompanhamento de situações de violência doméstica contra mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência: com ações voltadas ao enfrentamento da violência e à reconstrução de vínculos familiares e sociais.

Além disso, o CREAS atende a demanda de passantes e/ou pessoas em situação de rua, através de escuta qualificada, orientação e concessão de benefícios eventuais. Em se tratando de benefícios eventuais, o CREAS realiza a concessão articulada com a oferta dos serviços. Ademais, faz articulação com o Sistema de Garantia de Direitos (como Conselhos Tutelares, Ministério Público e Judiciário), atuando de forma intersetorial com saúde, educação, segurança pública e outros setores para garantir a proteção integral dos usuários. O trabalho é realizado por equipes técnicas especializadas, que acolhem, orientam e acompanham os casos com escuta sensível e abordagem ética.

Centro-Dia Apaeano (Não-Governamental)

O Centro-Dia Apaeano, está vinculado à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) local, como equipamento de proteção social especial de média complexidade. A unidade presta atendimento socioassistencial a pessoas com deficiência, prioritariamente adultas, que se encontram em situação de dependência e cujas famílias não dispõem de condições de prover os cuidados necessários durante o dia.

O serviço é ofertado de forma complementar às ações de saúde, educação e demais políticas públicas, com foco na promoção da autonomia, convivência familiar e comunitária, bem como na diminuição dos riscos de negligência e isolamento. Entre os objetivos principais do serviço, destacam-se:

- Prevenir o agravamento de situações de vulnerabilidade;
- Oferecer suporte à família no cuidado cotidiano, fortalecendo seus vínculos;
- Promover o desenvolvimento de habilidades sociais e funcionais dos usuários;
- Garantir proteção integral no período em que estão no espaço institucional.

As atividades realizadas incluem acompanhamento individualizado, oficinas terapêuticas, atividades de convivência, alimentação, cuidados básicos e



encaminhamentos para a rede intersetorial quando necessário. O funcionamento do Centro-Dia contribui significativamente para o suporte às famílias cuidadoras e à garantia de direitos das pessoas com deficiência no território.

O serviço é regulamentado pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e está inserido na lógica da atenção continuada da Política de Assistência Social, sendo acompanhado pela equipe técnica da APAE e articulado com o CRAS e CREAS do município.

Alta Complexidade

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade é voltada ao atendimento de indivíduos que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade, cuja convivência familiar e comunitária foi interrompida por violações de direitos, exigindo acolhimento provisório, cuidados e proteção integral. Esse nível de proteção assegura a oferta de serviços especializados, com estrutura adequada e equipes técnicas preparadas para garantir condições de dignidade e apoio à reconstrução de vínculos.

No município de Reserva/PR, a rede de alta complexidade é composta por três principais serviços:

ACOLHE – Acolhimento para Crianças e Adolescentes

O ACOLHE é um equipamento público da política de assistência social, destinado ao acolhimento de crianças e adolescentes afastados da família por medida de proteção judicial, em razão de situações de abandono, negligência, violência ou outras formas de violação de direitos. O serviço conta com capacidade para 20 vagas, ofertando cuidados integrais, suporte psicossocial, acesso à educação, saúde e atividades de convivência.

Dentro do ACOLHE, são executadas duas modalidades de acolhimento:

Acolhimento Institucional: voltado ao acolhimento provisório de crianças e adolescentes em situação de risco, promovendo o cuidado em ambiente coletivo, com rotina organizada e acompanhamento técnico especializado.

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: modalidade que garante o acolhimento provisório por famílias previamente habilitadas e acompanhadas pela equipe técnica. Atualmente, o município conta com 4 famílias acolhedoras cadastradas, que oferecem um ambiente familiar, afetivo e seguro até a definição da situação jurídica da criança ou adolescente.

ILPI – Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas (Não Governamental)

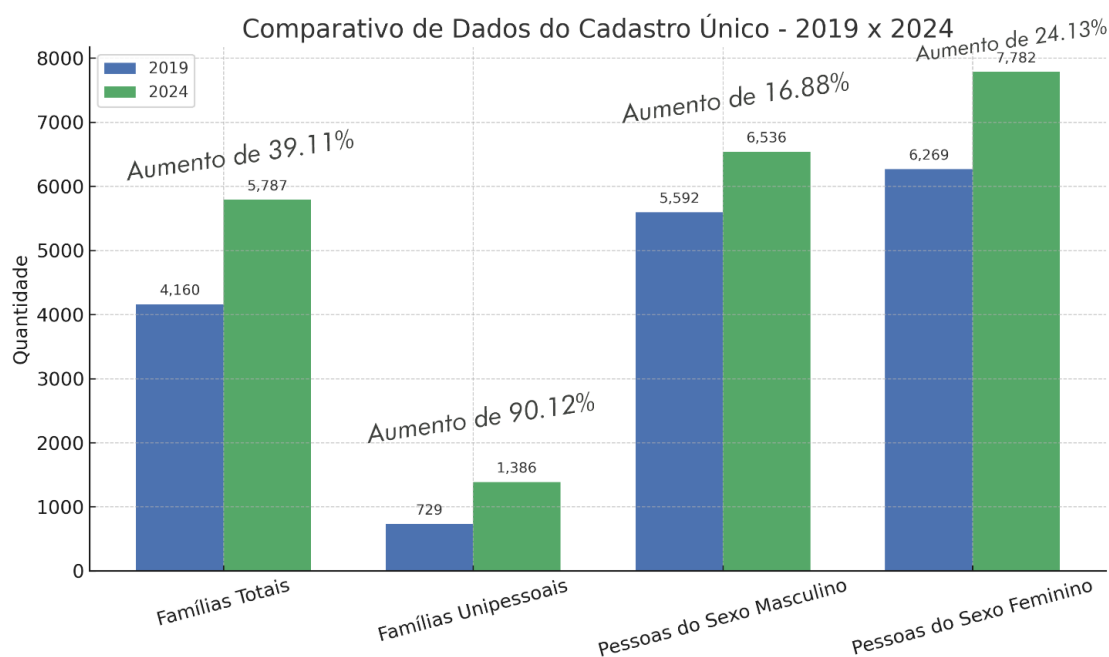
Além do acolhimento de crianças e adolescentes, o município dispõe de uma Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPI) de natureza não governamental, com capacidade para acolher até 27 pessoas. A ILPI oferece acolhimento permanente a pessoas idosas com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, assegurando cuidados de rotina, acompanhamento de saúde, convivência comunitária e suporte psicossocial, respeitando a autonomia, dignidade e os direitos da pessoa idosa.

Os serviços de alta complexidade do município atuam de forma articulada com o Sistema de Garantia de Direitos – incluindo o Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário – além de manter parcerias com as áreas da saúde, educação e demais políticas públicas. O acompanhamento técnico é realizado por equipes interdisciplinares, com escuta sensível, abordagem ética e compromisso com a proteção integral.

1.5 INDICADORES DE ATENDIMENTO

1.5.1 Cadastro único e dimensão da vulnerabilidade

Um dos principais meios utilizados para o referenciamento das famílias atendidas é o Cadastro Único, de onde são extraídas as principais informações sobre os indivíduos e seus núcleos familiares. Observa-se, ao longo dos últimos anos, um crescimento expressivo no número de famílias unipessoais. Esse aumento se torna ainda mais evidente quando comparado ao ano de 2019, período anterior à pandemia de COVID-19, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Fonte: VIS Data, elaborado por Madiam E. da Silva

No período de 05/2023 a 05/2024, uma média de 2.898 famílias cadastradas estavam classificadas na faixa de pobreza, conforme os critérios do Programa Bolsa Família. No entanto, esse número apresentou redução no período de 05/2024 a 05/2025, com média de 2.687 famílias, o que representa uma queda de 7,28%. Em contrapartida, observou-se um aumento de 15,96% no número de famílias em situação de pobreza que passaram a receber o benefício do Bolsa Família no mesmo intervalo. Além disso, a procura por benefícios eventuais teve um crescimento expressivo de 26,14%.

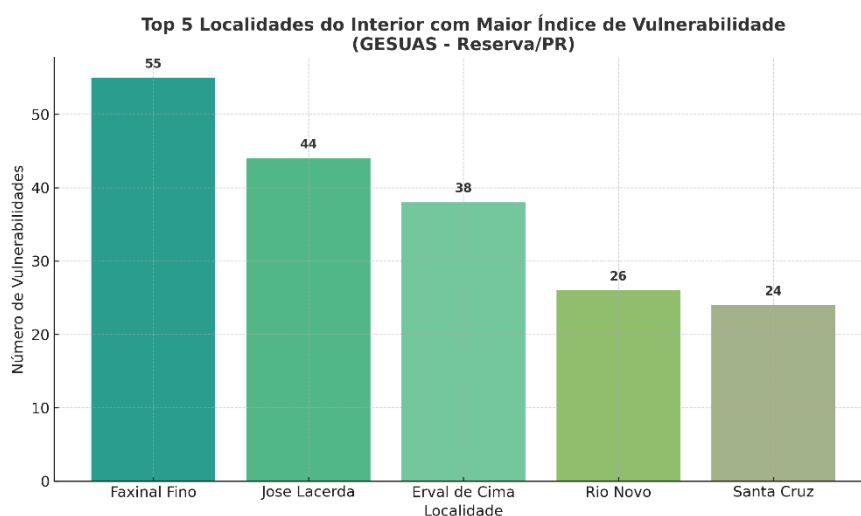


Ao contrário dos programas de transferência de renda dos Governos Federal e Estadual, a concessão de benefícios eventuais não se limita ao critério de renda. Ela envolve uma análise técnica criteriosa, que considera as especificidades de cada família, especialmente em situações de calamidade pública, emergências ou vulnerabilidade social temporária.

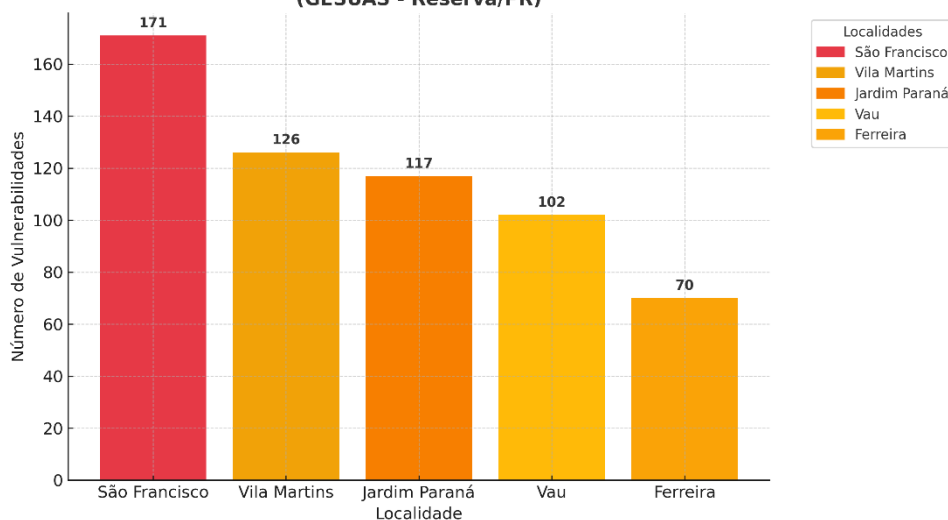
1.5.2 Monitoramento e Classificação

No Sistema GESUAS, são registradas as situações de violações de direitos e identificadas as vulnerabilidades das famílias e indivíduos atendidos pelas unidades socioassistenciais. Esses dados são sistematizados pela Vigilância Socioassistencial.

Com o objetivo de mapear os territórios com maior incidência de vulnerabilidades e violações de direitos, este diagnóstico apresenta a distribuição desses registros por localidade com base no primeiro semestre de 2025, conforme demonstrado nas figuras abaixo: CRAS Sede/Volante – 415 registros; CREAS – 127 registros; e ACOLHE – 10 registros.



Top 5 Localidades - Sede Ampliada com Maior Índice de Vulnerabilidades (GESUAS - Reserva/PR)



Fonte: GESUAS, elaborado por Madiam E. da Silva

1.6 CONSIDERAÇÕES

A elaboração deste primeiro Diagnóstico Socioterritorial do Município de Reserva/PR representa um marco importante na consolidação da função da Vigilância Socioassistencial no âmbito local. Este instrumento possibilitou a sistematização de dados, a leitura crítica da realidade e a identificação de vulnerabilidades sociais e violações de direitos que impactam diretamente as famílias e indivíduos do território.

A partir da análise contextual, histórica, demográfica, socioeconômica e da rede de serviços socioassistenciais, foi possível evidenciar tanto os desafios quanto as potencialidades do município. Observa-se a predominância da agricultura como eixo central da economia, a presença significativa de trabalhadores informais e temporários, bem como a crescente demanda por benefícios eventuais e serviços especializados, especialmente entre as populações mais vulneráveis.

A construção do diagnóstico reafirma a importância do registro e do uso de dados territoriais como base para o planejamento das ações da assistência social. Ele contribui para o aprimoramento da gestão, permitindo o reordenamento da oferta de serviços, a ampliação do acesso e o fortalecimento da rede de proteção social. Além disso, serve como subsídio estratégico para a formulação de políticas públicas integradas, mais eficazes e responsivas às reais necessidades da população.

Destaca-se também o esforço coletivo das equipes técnicas, do órgão gestor da política de assistência social e dos equipamentos da rede socioassistencial, que contribuíram ativamente para a produção e organização das informações aqui apresentadas. Essa experiência impulsiona a nova etapa na gestão da assistência social de Reserva, pautada no compromisso com a escuta qualificada, na territorialização das ações e na garantia dos direitos socioassistenciais.



Este diagnóstico não se encerra em si mesmo. Ele é ponto de partida para o monitoramento contínuo, para a atualização sistemática das informações e para a qualificação das respostas públicas frente às desigualdades sociais no território. A consolidação da Vigilância Socioassistencial como função permanente é essencial para garantir a efetividade da política de assistência social, reafirmando seu papel na promoção da cidadania, da dignidade e da equidade no município de Reserva.

As necessidades identificadas na construção deste diagnóstico, ao se referir a Política de Assistência Social são:

- a. Fortalecer a Vigilância Socioassistencial
 - i. Consolidar o monitoramento sistemático das informações registradas no GESUAS.
 - ii. Garantir a atualização e qualificação contínua dos dados do Cadastro Único.
 - iii. Ampliar a capacidade analítica, com sistematização de informação nos produtos da VSA para subsidiar o planejamento estratégico.
- b. Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais na zona rural
 - i. Reforçar a atuação da equipe volante, ampliando e mantendo equipe.
 - ii. Estruturar formas regulares de deslocamento.
 - iii. Promover ações descentralizadas e intersetoriais.
- c. Garantir a concessão e gestão de benefícios eventuais
 - i. ampliar recursos para cobertura de demandas emergenciais que cresceram 26,14% no último período.
 - ii. Elaborar protocolo de gestão integrada entre equipamentos socioassistenciais, garantindo agilidade e equidade.
 - iii. Garantir a manutenção da análise técnica às famílias em situação de vulnerabilidade temporária.
- d. Qualificar continuamente as equipes da rede socioassistencial.
 - i. Manter oferta de capacitações permanentes.
 - ii. Avançar na construção do Plano de Educação Permanente.
 - iii. Promover formação para enfrentamento de violações mais frequentes.
 - iv. Incentivar a construção e fortalecimento de vínculos dos equipamentos e seus técnicos com o território.
- e. Reduzir a sobrecarga administrativa da Secretaria de Assistência Social.
 - i. Descentralizar a gestão dos conselhos.
 - ii. Avaliar a estrutura administrativa para manter o foco técnico na política de Assistência Social.
- f. Fortalecer a intersetorialidade.
 - i. Realizar ações de articulação com outras políticas setoriais
 - ii. Consolidar comitês e conselhos.
- g. Fortalecer a participação social.
 - i. Estimular a participação comunitária.



- ii. Trabalhar atendimentos e acompanhamentos com foco no acesso a direitos e participação democrática.
- h. Ampliar a proteção social para grupos específicos.
 - i. Qualificar a atenção às pessoas com deficiência, inclusive com cofinanciamento.
 - ii. Ampliar ações de prevenção e enfrentamento de violências para todos os segmentos.
 - iii. Reforçar a gestão e o acompanhamento com vistas à proteção de pessoas com vínculos familiares rompidos.



2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 Objetivo Geral

Fortalecer e consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Reserva-PR como política pública de proteção social não contributiva, assegurando a oferta regular, territorializada e qualificada de serviços, programas, projetos e benefícios, com foco na prevenção das vulnerabilidades, na garantia de direitos e na valorização da vida.

2.2 Objetivos Específicos

Proteção Social Básica

1. Promover o acesso universal, equitativo e territorializado aos serviços, benefícios e programas socioassistenciais, com foco em áreas de maior vulnerabilidade urbana e rural.
2. Garantir atendimento domiciliar a pessoas com mobilidade reduzida, pessoas idosas e famílias em situação de isolamento, estruturando a Proteção Social Básica no domicílio.
3. Ampliar e qualificar a atuação do CRAS Volante, garantindo maior regularidade, integração intersetorial e cobertura em territórios de difícil acesso.
4. Expandir e reorganizar o SCFV com foco nos públicos prioritários: idosos, adolescentes e pessoas com deficiência, por meio de ações itinerantes, oferta de transporte e novos formatos de adesão.
5. Qualificar e diversificar os critérios e formatos de concessão dos benefícios eventuais, com base em diagnósticos de demanda e na superação de barreiras orçamentárias e burocráticas.
6. Promover a inclusão produtiva, o acesso à renda e a autonomia dos usuários, com ações voltadas à qualificação profissional, empreendedorismo e economia solidária.

Proteção Social Especial

1. Implementar os serviços ainda não executados da Proteção Social Especial, como a Abordagem Social e atendimento especializado a pessoas com deficiência e idosos.
2. Fortalecer a rede de proteção às mulheres em situação de violência, com articulação intersetorial, fluxos definidos, acolhimento seguro e escuta qualificada.



3. Ampliar a política de cuidados e atenção aos cuidadores, com foco na proteção de pessoas com deficiência, idosas e em situação de dependência.

Controle Social

1. Ampliar os espaços de controle social e participação popular, assegurando a presença ativa de usuários e conselheiros nos processos decisórios da política.
2. Instituir mecanismos permanentes de monitoramento, avaliação e planejamento participativo, com base em dados da vigilância socioassistencial.

Gestão

1. Garantir a formação continuada, supervisão institucional e valorização dos trabalhadores do SUAS, com foco na ética, na escuta e na atuação qualificada.
2. Fortalecer parcerias com organizações da sociedade civil, estabelecendo critérios claros, cláusulas de responsabilização e foco na ampliação da proteção social.
3. Integrar a política de assistência social às demais políticas públicas (educação, saúde, trabalho, habitação, segurança alimentar), com ações coordenadas e intersetoriais nos territórios.



3. DIRETRIZES E PRIORIDADES DELIBERADAS

As diretrizes a seguir orientam o conjunto das ações da política de assistência social no município de Reserva-PR no período de 2026 a 2029. Foram construídas a partir de debates com os trabalhadores do SUAS, conselheiros e usuários da política, considerando o diagnóstico socioterritorial, o monitoramento do plano vigente e as deliberações da 15ª Conferência Municipal.

Diretrizes Organizacionais do SUAS (conforme NOB/SUAS/2012, art. 5º)

- **Primazia da responsabilidade do Estado** na condução da política pública de assistência social.
- **Descentralização político-administrativa** e comando único em cada esfera de governo.
- **Financiamento tripartite** (União, Estado e Município).
- **Matricialidade sociofamiliar**, com foco nos vínculos e no protagonismo familiar.
- **Territorialização**, considerando as especificidades de cada território no planejamento e execução das ações.
- **Democracia participativa**, com fortalecimento das instâncias de controle social.
- **Participação popular e controle social** como fundamentos da política.

Diretrizes Municipais para o Período 2026–2029

Nº	Diretriz Municipal
1	Promover a equidade no acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais, com atenção especial às populações do campo e aos territórios com menor cobertura.
2	Garantir a universalização dos direitos socioassistenciais por meio da ampliação da rede e da divulgação qualificada dos serviços, benefícios e canais de acesso.
3	Assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços, fortalecendo o CRAS Volante.
4	Implementar ações voltadas à política de cuidados, com ênfase em cuidadores e pessoas com deficiência e idosas, conforme a Política Nacional de Cuidados.
5	Fortalecer a atuação intersetorial com as políticas de saúde, educação, habitação, segurança alimentar e direitos humanos, com pactuação de fluxos e protocolos.
6	Valorizar os trabalhadores do SUAS, com plano de educação permanente, supervisão institucional, plano de carreira e condições adequadas de trabalho.



- 7 Qualificar a gestão do SUAS, com a vigilância socioassistencial, monitoramento contínuo dos planos e planejamento participativo.
- 8 Fortalecer a articulação com organizações da sociedade civil com base em termos de cooperação.
- 9 Ampliar e garantir o acesso a benefícios eventuais, com previsibilidade orçamentária, levantamento de demanda e transparência nos critérios de concessão.
- 10 Consolidar espaços democráticos e de controle social, com maior participação dos usuários e sistematização dos processos decisórios.
- 11 Enfrentar as diversas formas de violência, especialmente contra crianças e adolescentes, com estratégias articuladas e rede de proteção fortalecida.
- 12 Participar nas estratégias de inclusão produtiva e geração de renda, organizando-se intersetorialmente, com vistas à emancipação e autonomia daqueles que desejarem.

4. PLANO DE AÇÃO

4.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

N ^o	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
1	Ampliar o acesso da população da zona rural aos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, garantindo a proteção social básica nos territórios de difícil acesso.	Ampla divulgação do cronograma de atendimentos do CRAS Volante por meio de diversos canais de comunicação, inclusive rádios locais	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Divulgar semanalmente nas redes sociais e rádios locais.	Divulgar semanalmente e nas redes sociais e rádios locais.	Divulgar semanalmente e nas redes sociais e rádios locais.	Divulgar semanalmente nas redes sociais e rádios locais.	Divulgar semanalmente e nas redes sociais e rádios locais.	Recursos federais, estaduais e municipais.
		Reforçar a atuação da equipe volante por meio da ampliação e manutenção de profissionais qualificados;	Resultado do Diagnóstico Socioterritorial	Equipe volante existente, mas com composição insuficiente para cobrir todo o território com regularidade	Ampliar a equipe conforme recomendação técnica e ofertar capacitação continuada	Ofertar capacitação continuada	Ofertar capacitação continuada	Ofertar capacitação continuada	Ofertar capacitação continuada

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		Estruturar formas regulares e seguras de deslocamento da equipe até as comunidades rurais	Resultado do Diagnóstico Socioterritorial	Existe uma Vã para deslocamento e atendimento pela equipe volante, entretanto, não comporta toda a equipe	Efetivar a aquisição de veículo adicional, garantindo que 100% da equipe volante tenha condições de deslocamento para os atendimentos em campo	Garantir manutenção preventiva e corretiva dos veículos utilizados pela equipe volante, assegurando 100% de disponibilidade operacional durante os períodos de trabalho	Garantir manutenção preventiva e corretiva dos veículos utilizados pela equipe volante, assegurando 100% de disponibilidade operacional durante os períodos de trabalho	Garantir manutenção preventiva e corretiva dos veículos utilizados pela equipe volante, assegurando 100% de disponibilidade operacional durante os períodos de trabalho	Recursos federais, estaduais e municipais.
		Expansão da cobertura do CRAS Volante em territórios de difícil acesso, assegurando ações que integrem a proteção social básica em todo município	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	20 localidades ao mês	25 localidades ao mês	30 localidades ao mês	35 localidades ao mês	40 localidades ao mês	Recursos federais, estaduais e municipais.
		Expandir a oferta de oficinas e atividades	Deliberação da Conferência de	1 oficina mês	12 oficinas	24 oficinas	36 oficinas	48 oficinas	Recursos federais,

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		nos territórios do interior do município	Assistência Social de 2025						estaduais e municipais.
		Promover ações descentralizadas em parceria com outras políticas públicas, como saúde, educação e agricultura, favorecendo a integralidade da atenção.	Resultado do Diagnóstico Socioterritorial	Parcerias intersetoriais são pontuais e pouco articuladas	Implantar pelo menos 3 ações intersetoriais descentralizadas em comunidades com baixa cobertura da assistência social, integrando atendimentos, oficinas ou rodas de conversa com outras políticas.	Estabelecer calendário intersetorial permanente, com ações mensais descentralizadas envolvendo pelo menos 3 políticas públicas em todos os territórios referenciados pelo CRAS Volante	Manter calendário intersetorial permanente, com ações mensais descentralizadas envolvendo pelo menos 3 políticas públicas em todos os territórios referenciados pelo CRAS Volante	Manter calendário intersetorial permanente, com ações mensais descentralizadas envolvendo pelo menos 3 políticas públicas em todos os territórios referenciados pelo CRAS	Recursos federais, estaduais e municipais.
2	Promover a ampliação e a regularidade de grupos, oficinas e rodas de conversa voltadas para os beneficiários de transferências de renda,	Organizar e executar, de forma contínua, um calendário de grupos, oficinas temáticas e rodas de conversa voltadas aos	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Não são realizadas ações específicas para o público beneficiário	6 ações	12 ações	18 ações	24 ações	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	priorizando o fortalecimento de vínculos, a escuta qualificada e o protagonismo dos usuários.	beneficiários de programas de transferência de renda, por território e demandas identificadas		de transferência de renda					
3	Executar do Serviço de Proteção Social Básica no domicílio, dando maior, de forma a atender integralmente pessoas com mobilidade reduzida e pessoas idosas em isolamento	Construir de documento técnico que fundamente a execução da PSB no domicílio.	Monitoramento do PMAS anterior	A Proteção Social Básica no domicílio ainda não foi executada, o que fragiliza o atendimento de pessoas com mobilidade reduzida e pessoas idosas em isolamento	Construir documento técnico	Pleitear cofinanciamento	Execução	Execução	Recursos federais, estaduais e municipais.
4	Ampliar a participação de pessoas idosas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por meio de estratégias que	Readequar do SCFV com ações itinerantes, sensibilização	Monitoramento do PMAS anterior	O SCFV para pessoas idosas enfrenta baixa adesão, com	Compra de veículo para transporte do público atendido e realização de	Ações itinerantes e oferta de transporte	Ações itinerantes e oferta de transporte	Ações itinerantes e oferta de transporte	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	facilitem o transporte, promovam o envolvimento das famílias e valorizem a importância da convivência social para a qualidade de vida e o envelhecimento saudável.	comunitária e oferta de transporte.		dificuldades relacionadas à locomoção e à aceitação por parte das famílias.	ações itinerantes				
		Estabelecimento de novos parâmetros de parceria com a sociedade civil.	Monitoramento do PMAS anterior	Não há entidades fortalecidas e com interesse de execução	Mapeamento de e capacitação de entidades com perfil para execução	Fortalecimento das entidades	Fortalecimento das entidades	Iniciar execução	Recursos federais, estaduais e municipais.

4.2 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
1.	Ampliar a visibilidade e a adesão ao Programa Família	Formulação e execução de um plano de divulgação do Programa Família	Monitoramento do PMAS anterior	O Programa Família Acolhedora avança	Estabelecer calendário fixo de ações de	Campanhas periódicas e contínuas de divulgação do	Campanhas periódicas e contínuas de divulgação do	Campanhas periódicas e contínuas de divulgação	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	Acolhedora, por meio de estratégias de comunicação e mobilização social que esclareçam seus benefícios, responsabilidades e impacto na vida de crianças e adolescentes.	Acolhedora. Ampliação para 05 famílias credenciadas e habilitadas para acolher crianças e adolescentes		timidamente na sensibilização da população, com baixa adesão da comunidade	sensibilização e envolver escolas, igrejas e lideranças comunitárias	Família Acolhedora ampliando para 5 famílias acolhedoras	Família Acolhedora ampliando para 5 famílias acolhedoras	do Família Acolhedora ampliando para 5 famílias acolhedoras	
2.	Implementar de forma efetiva a Guarda Subsidiada no município, assegurando a estrutura administrativa, técnica e operacional necessária para a execução da lei, garantindo o acolhimento familiar seguro e qualificado para	Implementar o programa de Guarda Subsidiada para famílias extensas que tiverem sob guarda crianças e adolescentes, para no máximo 10 famílias anualmente	Monitoramento do PMAS anterior	Lei sancionada, entretanto, nenhuma criança/adolescente foi inserida ainda	Iniciar articulação operacional	Estabelecer fluxo com Judiciário e MP para efetivação das concessões e divulgar junto à rede	Efetivação	Efetivação	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, evitando acolhimento institucional								

4.3 GESTÃO DO SUAS

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
1.	Ampliar a divulgação dos benefícios socioassistenciais e de seus critérios de acesso, com foco na identificação de demandas por	Realizar campanhas permanentes de informação e mobilização social utilizando múltiplos canais de comunicação e uso de linguagem acessível	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	1 Campanha ao ano através de redes sociais e 2 ações comunitárias	2 Campanhas ao ano, através de redes sociais, rádio e 4 ações comunitárias	4 Campanhas ao ano, através de redes sociais, rádio e 6 ações comunitárias	6 Campanhas ao ano, através de redes sociais, rádio e 8 ações comunitárias	Campanhas e ações mensais através de redes sociais, rádio e ações comunitárias	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	serviços, benefícios e direitos socioassistenciais.	Identificar demandas por serviços, benefícios e direitos socioassistenciais.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Emissão de relatório anual para monitoramento das ações e identificação das demandas	Emissão de relatórios semestrais para monitoramento das ações e identificação das demandas	Emissão de relatórios quadrimestrais para monitoramento das ações e identificação das demandas	Emissão de relatórios trimestrais para monitoramento das ações e identificação das demandas	Emissão de relatórios bimestrais para monitoramento das ações e identificação das demandas	Recursos federais, estaduais e municipais.
		Qualificar a oferta de serviços benefícios e direitos socioassistenciais, conforme necessidades levantadas no território	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Estudo técnico anual quanto a demanda x oferta	Estudo técnico anual quanto a demanda x oferta	Estudo técnico anual quanto a demanda x oferta	Estudo técnico anual quanto a demanda x oferta	Estudo técnico anual quanto a demanda x oferta	Recursos federais, estaduais e municipais.
2.	Fortalecer a articulação entre a política de Assistência Social e a política de Habitação, com foco	Realizar reuniões intersetoriais periódicas entre as equipes da Assistência Social e Habitação para	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Implantar reuniões intersetoriais periódicas	2 reuniões ao ano ou sempre que houver necessidade	2 reuniões ao ano ou sempre que houver necessidade	2 reuniões ao ano ou sempre que houver necessidade	2 reuniões ao ano ou sempre que houver necessidade	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	em situações prioritárias para acesso a projetos habitacionais de interesse social.	construção de fluxos e ações conjuntas							
		Identificar demanda reprimida por habitação	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Emitir relatório anual de demandas reprimidas por habitação, através do mapeamento da vulnerabilidade e ausência/precariedade habitacional	Emitir relatório anual de demandas reprimidas por habitação, através do mapeamento da vulnerabilidade de ausência/precariedade habitacional	Emitir relatório anual de demandas reprimidas por habitação, através do mapeamento da vulnerabilidade de ausência/precariedade habitacional	Emitir relatório anual de demandas reprimidas por habitação, através do mapeamento da vulnerabilidade e ausência/precariedade habitacional	Emitir relatório anual de demandas reprimidas por habitação, através do mapeamento da vulnerabilidade de ausência/precariedade habitacional	Recursos federais, estaduais e municipais.
3.	Ampliar o acesso à qualificação profissional e fortalecer as ações socioeducativas no território	Ofertar cursos em parceria com o sindicato e Sistema S.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	2 cursos ao ano	4 cursos ao ano	6 cursos ao ano	8 cursos ao ano	10 cursos ao ano	Recursos federais, estaduais e municipais.
		Contratar oficinairos para ofertas de ações	Deliberação da Conferência de	Realizar processo	Realizar processo	Realizar processo	Realizar processo	Realizar processo	Recursos federais,

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		no SCFV, no CRAS e CRAS Volante	Assistência Social de 2025	licitatório para contratação de empresas com oferta de oficinas.	licitatório para contratação de empresas com oferta de oficinas.	licitatório para contratação de empresas com oferta de oficinas.	licitatório para contratação de empresas com oferta de oficinas.	licitatório para contratação de empresas com oferta de oficinas.	estaduais e municipais.
4.	Divulgar funções e competências do CRAS e CREAS, com o objetivo de superar sobreposições conceituais e fortalecer a compreensão da rede socioassistencial.	Realizar ações comunitárias e reuniões com a rede municipal com foco na superação de sobreposições conceituais de CRAS e CREAS, fortalecendo a compreensão da rede socioassistencial.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	1 ação comunitária e 1 reunião com a rede municipal	2 ações comunitárias ao ano e 2 reuniões com a rede municipal	3 ações comunitárias ao ano e 2 reuniões com a rede municipal	4 ações comunitárias ao ano e 2 reuniões com a rede municipal	5 ações comunitárias ao ano e 2 reuniões com a rede municipal	Recursos federais, estaduais e municipais.
5.	Ampliar e divulgar os serviços do SUAS como forma de garantir o acesso aos direitos sociais e fortalecer o	Realizar formações periódicas aos ACSs com foco nos serviços disponíveis no CRAS, CREAS, cadastro único,	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	1 formação ao ano	1 formação ao ano	2 formações ao ano	2 formações ao ano	2 formações ao ano	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	reconhecimento do território, estabelecendo protocolos de cooperação com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para a difusão dessas informações durante visitas domiciliares e ações em campo.	benefícios eventuais e demais ações da política de assistência social. Criar documento com diretrizes e fluxos de atuação conjunta, incluindo periodicidade de reuniões, trocas de informações, fluxos de encaminhamento e formas de apoio mútuo.							
			Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	O município não possui protocolo de cooperação.	Protocolo elaborado	----	Avaliar e atualizar o Protocolo do CRAS	----	Recursos federais, estaduais e municipais.
6.	Promover ações educativas nas unidades escolares, centros comunitários e instituições religiosas, com o objetivo de fomentar a cidadania socioassistencial e o conhecimento da	Realizar palestras, rodas de conversa e oficinas em escolas, igrejas e centros comunitários sobre temas como: Direitos sociais e humanos; Funções do CRAS,	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Não há	Implantação/ piloto - Realizar 3 ações educativas	Realizar 3 ações educativas -	Realizar 6 ações educativas	Realizar 6 ações educativas	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	rede de proteção social.	CREAS; Benefícios e programas do SUAS							
7.	Mapear, com apoio da comunidade e de dados territoriais, os grupos e regiões com menor inserção nas ações da política pública de assistência social, subsidiando a formulação de estratégias de busca ativa e atendimento descentralizado.	Mapear regiões e públicos com baixa inserção nas ações do SUAS com base em dados oficiais.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	1 mapa temático (vulnerabilidades) e diagnóstico técnico inicial do território.	6 mapas temáticos e 1 monitoramento do diagnóstico	6 mapas temáticos e 1 monitoramento e 1 atualização do diagnóstico	6 mapas temáticos e 1 monitoramento do diagnóstico	6 mapas temáticos e 1 monitoramento e 1 atualização do diagnóstico	Recursos federais, estaduais e municipais.
		Desenvolver estratégias de busca ativa e atendimento descentralizado fundamentadas na escuta qualificada da população e na participação ativa da comunidade.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Escuta ativa realizada no processo pré-conferencial	Criar um canal virtual de escuta e desenvolver 3 ações de escuta comunitárias	Manter canal virtual de escuta e desenvolver 6 ações de escuta comunitárias	Manter canal virtual de escuta e desenvolver 12 ações de escuta comunitárias	Manter canal virtual de escuta e desenvolver 12 ações de escuta comunitárias	Recursos federais, estaduais e municipais.
8.	Fortalecer a interseccionalidade e a intersetorialidade nas políticas,	Promover formação para trabalhadores do SUAS e das demais políticas sobre	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Não há planejamento para essa ação	Levantamento, planejamento	Integração da temática nos planejamentos anuais das	Integração da temática nos planejamentos anuais das	Integração da temática nos planejamentos anuais das	Recursos federais,

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	visando segurança alimentar.	racismo estrutural, desigualdade de gênero, capacitismo, e como essas dimensões afetam a segurança alimentar.			implantação das formações das equipes do SUAS e demais políticas públicas	políticas públicas, realizando no mínimo 2 formações	políticas públicas mínimo 4 formações	políticas públicas mínimo 6 formações	estaduais e municipais.
		Levantar dados sobre os públicos mais afetados pela fome (como mulheres, pessoas negras, povos indígenas, pessoas com deficiência, famílias rurais, etc.).	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Base de dados do CADÚNICO e Relatórios GESUAS	Realizar levantamento inicial e consolidação dos dados do CADÚNICO e Relatórios GESUAS, com recortes por gênero, raça/cor, deficiência, localização rural/urbana e outros critérios relevantes.	Criar relatório anual de monitoramento com análise detalhada dos públicos mais afetados pela fome.	Ampliar a base de dados incorporando informações de outras políticas públicas (Saúde, Educação, Agricultura, etc.), para aprofundar o diagnóstico.	Ter série histórica consolidada de, no mínimo, 4 anos de dados e análises, permitindo identificar tendências e impactos das ações de combate à fome.	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		Propiciar maior articulação entre os atores integrantes da CAISAN (Câmara de Segurança Alimentar), propiciando reflexão sobre demandas reprimidas em segurança alimentar com foco na prevenção e redução da dependência de benefícios eventuais.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Há registro de demandas reprimidas por insegurança alimentar.	produzir 1 relatório técnico com análise de dados de concessão de benefícios eventuais a ser disponibilizado para discussão no CAISAN	Redução de 10% na demanda por cestas básicas, comparado ao ano anterior	20% de famílias em situação de insegurança alimentar atendidas por ações estruturantes	30% de redução acumulada na solicitação de cestas básicas desde o início do ciclo.	Recursos federais, estaduais e municipais.
9.	Estruturar e implementar, no âmbito municipal, a Política Nacional de Cuidados (Lei 15.069/2024), integrando-a às políticas públicas intersetoriais e ampliando ações de fortalecimento de	Formar um Grupo de Trabalho com representantes da assistência social, saúde, educação, direitos das mulheres, pessoa idosa, pessoas com deficiência, planejamento e sociedade civil, com a finalidade de	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Há registro de demandas para a Política Nacional de Cuidados	Instituir formalmente o GT por meio de portaria ou decreto municipal, com realização de reuniões de nivelamento	Reuniões trimestrais, com capacitação e planejamento de ações intersetoriais	Reuniões trimestrais, com capacitação e planejamento de ações intersetoriais	Reuniões trimestrais, com capacitação e planejamento de ações intersetoriais	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	vínculos comunitários, reconhecendo o território como espaço fundamental para a construção de redes de apoio e solidariedade.	articular a implementação da política no município, com plano de ação e cronograma.			sobre a Política Nacional de Cuidados (Lei 15.069/2024)				
		Diagnosticar demandas locais de cuidado e redes existentes com informações sobre quem cuida, quem precisa de cuidado e quais equipamentos, serviços ou redes informais estão presentes nos territórios.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Há registro de demandas para a Política Nacional de Cuidados	Elaborar diagnóstico das demandas e mapeamento da oferta intersetorial	Monitorar diagnóstico	Monitorar diagnóstico	Monitorar e alterar o diagnóstico	Recursos federais, estaduais e municipais.
		Criar e/ou fortalecer serviços comunitários de cuidado nos territórios, como por exemplo espaços de cuidado	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Há registro de demandas para a Política Nacional de Cuidados, bem como	2 ações nos territórios prioritários e espaços comunitários identificados	4 ações nos territórios prioritários e espaços comunitários identificados	6 ações nos territórios prioritários e espaços comunitários	8 ações nos territórios prioritários e espaços comunitários identificados	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		compartilhado, grupos de apoio a cuidadores, oficinas intergeracionais, atividades do SCFV com foco em corresponsabilidade.		ofertas com potencial de expansão das ações.	no diagnóstico	no diagnóstico	identificados no diagnóstico	no diagnóstico	
		Incluir a política de cuidados no planejamento e orçamento municipais (PPA, LDO e LOA), garantindo recursos para implementação e sustentabilidade das iniciativas.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	A Política de Cuidados não está incluída nos instrumentos oficiais de planejamento e orçamento (PPA, LDO, LOA) e não há recursos previstos para sua execução.	Iniciar articulação com setor de planejamento e finanças para reconhecimento da política de cuidados. Incluir a temática no debate do plano plurianual.	Incluir previsão de ações e metas da política de cuidados na LDO e LOA do ano seguinte.	Consolidar a Política de Cuidados no PPA e ampliar a alocação de recursos para serviços e formações.	Institucionalizar o financiamento da política de cuidados e vinculá-la a metas de governo.	Recursos federais, estaduais e municipais.
10.	Melhorar no plano de carreira dos	Realizar fóruns de trabalhadores e	Deliberação da Conferência de	Os fóruns de trabalhadores	Constituir comissão	Elaborar proposta de	Implementar o plano de	Implementar o plano de	Recursos federais,

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	profissionais da Assistência Social no município, de maneira a proporcionar valorização profissional e diminuição da rotatividade, garantindo realização de concursos públicos com salários e jornadas adequadas para cargos no SUAS.	estudo técnico e revisão do atual quadro de pessoal e do plano de cargos, carreiras e vencimentos (PCCV) da política de assistência social, com ênfase na estruturação de critérios de progressão funcional (por mérito e tempo de serviço), garantindo valorização profissional e sustentabilidade da carreira.	Assistência Social de 2025	não têm gerado mobilização suficiente para avançar na construção do PCCS	do fórum de trabalhadores, impulsinando estudo técnico para alteração plano de cargos e carreiras	alteração e incluir no planejamento orçamentário	cargos e carreiras	cargos e carreiras	estaduais e municipais.
11.	Garantir a oferta contínua de capacitação para os trabalhadores da área, com ênfase no trabalho social com	Inserir no Núcleo de Educação Permanente temas de formação e desenvolvimento humano para	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Insatisfação dos usuários quanto ao atendimento inicial no	Realizar levantamento de percepções dos usuários	Redução de 20% nas reclamações de usuários sobre o acolhimento	Redução de 40% nas reclamações de usuários sobre o acolhimento	Redução de 60% nas reclamações de usuários sobre o acolhimento	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	famílias, bem como no desenvolvimento da empatia, abordando situações de descaso, julgamento e preconceito no atendimento ao público e reduzam a visão investigativa e punitiva	trabalhadores do SUAS, com ênfase no trabalho social com famílias, abordagens empáticas e humanizadas no atendimento ao público, e estratégias para enfrentamento de atitudes discriminatórias, julgamentos morais e estigmas sociais no exercício profissional.		equipamentos e serviços	sobre o atendimento o inicial.	em novo levantamento realizado.	em novo levantamento realizado.	em novo levantamento realizado.	
		Realizar formações continuadas para trabalhadores do SUAS e desenvolver estratégias com foco em ética profissional, escuta qualificada, abordagem humanizada e no caráter protetivo da	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Requisições equivocadas por parte do Sistema de Justiça e rede intersetorial	Realizar, 1 formação com todos os trabalhadores do SUAS, rede intersetorial e sistema de justiça,	Realizar, 1 formação com todos os trabalhadores do SUAS, rede intersetorial e sistema de justiça, propiciando	Realizar, 1 formação com todos os trabalhadores do SUAS, rede intersetorial e sistema de justiça, propiciando	Realizar, 1 formação com todos os trabalhadores do SUAS, rede intersetorial e sistema de justiça, propiciando	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		política de assistência social — superando práticas com viés punitivo ou fiscalizador.			propiciando redução de práticas e das requisições.	redução de práticas e das requisições.	redução de práticas e das requisições.	redução de práticas e das requisições.	
12.	Promover uma comunicação efetiva, acessível e inclusiva nos serviços da assistência social, garantindo que todas as informações, orientações e atendimentos sejam compreendidos pelos usuários, respeitando suas diversidades culturais, educacionais e cognitivas.	Adequar a comunicação com os usuários, utilizando linguagem acessível e compreensível;	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Insatisfação dos usuários e profissionais de outras políticas quanto aos termos técnicos utilizados.	Redução da insatisfação dos usuários quanto aos termos técnicos utilizados nos atendimentos	Redução da insatisfação dos usuários quanto aos termos técnicos utilizados nos atendimentos	Redução da insatisfação dos usuários quanto aos termos técnicos utilizados nos atendimentos	Redução da insatisfação dos usuários quanto aos termos técnicos utilizados nos atendimentos	Recursos federais, estaduais e municipais.
		Garantir que 100% dos materiais informativos, atendimentos presenciais e canais de comunicação dos serviços do SUAS utilizem linguagem acessível, inclusiva e	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Insatisfação dos usuários e profissionais de outras políticas quanto aos termos	Adequar 100% os materiais impressos, digitais e sinalização dos serviços com	Adequar 100% os materiais impressos, digitais e sinalização dos serviços com linguagem	Adequar 100% os materiais impressos, digitais e sinalização dos serviços com linguagem	Adequar 100% os materiais impressos, digitais e sinalização dos serviços com linguagem	Adequar 100% os materiais impressos, digitais e sinalização dos serviços com linguagem

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		compreensível aos diferentes perfis de usuários, com a validação participativa da comunidade usuária.		técnicos utilizados.	linguagem simples e recursos visuais.	simples e recursos visuais.	simples e recursos visuais.	simples e recursos visuais.	
13.	Fortalecer ações e trabalhos de vigilância socioassistencial.	Instituir legalmente, através de Decreto Municipal, ou similar, a composição da vigilância socioassistencial e sua estrutura	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Vigilância constituída na Lei Municipal de Estrutura Administrativa, 1 técnico de referência, padronização, sistematização e produção de materiais	Produção de minuta e publicação de Decreto.	---	---	---	Recursos federais, estaduais e municipais.
		Qualificar a produção e uso de dados, através de elaboração e divulgação de boletins informativos com indicadores socioassistenciais e	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Há padronização e registro de dados e informações,	1 boletim mês publicado e divulgado	1 boletim mês publicado e divulgado	2 boletins mês, publicados e divulgados	2 boletins mês, publicados e divulgados	

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		dados dos serviços, benefícios e usuários		indicadores e boletins					
14.	Aperfeiçoar programa contínuo de capacitação para trabalhadores do SUAS, através do NEP com base nas diretrizes da NOB-RH/SUAS, priorizando metodologias presenciais, grupos de estudo locais e intercâmbio entre equipes dos serviços.	Constituir a Comissão de Educação Permanente, compondo um membro do órgão gestor, um membro da proteção social básica, um membro da proteção social especial e um membro do controle social	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Comissão não é constituída formalmente	Constituir formalmente	Atualizar composição, conforme a necessidade	Atualizar composição, conforme a necessidade	Atualizar composição, conforme a necessidade	Recursos federais, estaduais e municipais.
		Realizar o levantamento das demandas formativas dos trabalhadores do SUAS em todas as unidades e serviços, mapeando fragilidades técnicas e temáticas	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Há levantamento prévio, mas que necessita de atualização	Atualizar o levantamento	Atualizar o levantamento	Atualizar o levantamento	Atualizar o levantamento	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		prioritárias com base nos relatórios de gestão, supervisão técnica e avaliação dos serviços							
		Construir, com base nas diretrizes da NOB-RH/SUAS, um plano de capacitação permanente integrado ao planejamento da gestão municipal, incluindo formações específicas por nível de escolaridade e atribuições profissionais.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Plano iniciado	Construção e Publicação do Plano	Execução, monitoramento e avaliação	Execução, monitoramento e avaliação	Execução, monitoramento e avaliação	Recursos federais, estaduais e municipais.
		Produzir sistematizações dos debates oriundos dos grupos de estudo mensais nos CRAS, CREAS e demais serviços, com temas	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Há grupos de estudos mensais, sistematizados, mas é necessário	Sistematizar 85% dos debates	Sistematizar 90% dos debates	Sistematizar 95% dos debates	Sistematizar 100% dos debates	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		definidos a partir das diretrizes técnicas nacionais e necessidades locais.		qualificar o registro					
		Promover visitas técnicas e intercâmbios entre equipes de diferentes territórios, inclusive com outros municípios da região, bem como, estimular rodas de conversa intersetoriais entre os profissionais para trocas de experiências e alinhamento de práticas.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	As trocas de experiências ocorrem de forma esporádica, conforme necessidade	1 visita de intercâmbio com outro município e 1 roda de conversa intersetorial	1 visita de intercâmbio com outro município e 2 rodas de conversa intersetorial	2 visitas de intercâmbio com outro município e 2 rodas de conversa intersetorial	2 visitas de intercâmbio com outro município e 2 rodas de conversa intersetorial	Recursos federais, estaduais e municipais.
	Ofertar aos trabalhadores do SUAS acesso a supervisão institucional e	Supervisão institucional e escuta profissional, coordenado pelo NEP, com ciclos	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Não há programa estruturado de supervisão institucional	Planejamento e início das ações, propiciando espaço de	Implementação das ações	Implementação das ações	Implementação e avaliação das ações	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	espaços de escuta profissional, com foco na reflexão crítica das práticas, manejo ético e fortalecimento da identidade profissional.	trimestrais de encontros presenciais, promovendo a escuta qualificada, o debate ético-profissional e o fortalecimento da atuação no SUAS.		nem com espaços regulares de escuta profissional.	escuta profissional com redução sofrimento ético e desgaste emocional				
15.	Garantir participação dos servidores em seminários, capacitações, palestras, com oferta de transporte e hora extra para o servidor em capacitação.	Sensibilizar o poder executivo quanto a participação dos trabalhadores do SUAS em eventos formativos externos (seminários, capacitações, congressos, palestras), garantindo apoio logístico (transporte, diárias ou alimentação) e reconhecimento institucional (compensação de	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	O município oferta transporte, reembolso ou adiantamento para as despesas e horas extras.	Manter	Manter	Manter	Manter	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		carga horária ou hora extra)							
16.	Implementar protocolos que delimitem as atribuições dos profissionais de nível superior e médio, evitando que atividades administrativas ou de logística sobrecarreguem o tempo destinado à atenção direta ao usuário, bem como possibilitar o reconhecimento do papel dos trabalhadores de nível fundamental e médio, e qualificações específicas e	Elaborar protocolo de gestão integrada, constando em sua estrutura as atribuições profissionais	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Não há protocolo de gestão integrada, servindo por norte a tipificação dos serviços socioassistenciais e a NOB-RH	Elaborar e publicizar o protocolo de gestão integrada.	Monitorar o protocolo	Monitorar o protocolo	Monitorar o protocolo	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	voltadas a sua área de atuação.								
17.	Priorizar, nas demais políticas públicas, as demandas identificadas junto às pessoas com deficiência atendidas pelo Centro Dia Apaeano de Reserva;	Sensibilizar junto às políticas intersetoriais a prioridade de atendimento dos encaminhamentos do Centro Dia	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Muitas ações não são atendidas enquanto prioritárias	Reduzir o tempo de espera por resposta aos encaminhamentos	Reduzir o tempo de espera por resposta aos encaminhamentos	Reduzir o tempo de espera por resposta aos encaminhamentos	Reduzir o tempo de espera por resposta aos encaminhamentos	Recursos federais, estaduais e municipais.
18.	Criar programas voltados à saúde física e emocional do cuidador, bem como implementar a Política Municipal de Cuidados, com ênfase nas pessoas com deficiência e seus cuidadores.	Desenvolver e implementar um programa municipal integrado de cuidado à saúde física e emocional dos cuidadores, especialmente daqueles que assistem pessoas com deficiência, articulado com a Política Municipal de Saúde, por meio de serviços de apoio	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Não há políticas de cuidado ou ações voltadas	Identificação das demandas e estruturação das ações	Monitorar e implementar as ações	Monitorar e implementar as ações	Avaliação	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		psicológico, grupos de apoio, atividades físicas adaptadas, e capacitações sobre autocuidado, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida desses profissionais e familiares.							
19.	Realizar investimentos municipais específicos para a pessoa com deficiência dentro dos serviços já existentes, garantindo a oferta contínua de atendimentos voltados a esse público, ampliando o número de vagas e serviços de	Articular com as secretarias municipais de obras, saúde, educação e assistência social para integrar ações e promover a acessibilidade nos espaços públicos e áreas de convivência	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Grande parte dos espaços públicos não contemplam acessibilidade	Realizar levantamento o de espaços públicos sem acessibilidade e iniciar as adequações	Garantir que todos os novos projetos e reformas contemplem integralmente as normas de acessibilidade.	Ampliar adequações para atingir, no mínimo, 50% dos espaços públicos e áreas de convivência com plena acessibilidade	Ampliar adequações em, no mínimo, 80% dos espaços públicos do município, priorizando áreas de atendimento direto ao público	Recursos federais, estaduais e municipais.
		Firmar parceria com instituições de acolhimento para	Deliberação da Conferência de	Inexistência de serviço de acolhimento	Fazer levantamento o de	Garantir recursos para custear	Garantir recursos para custear	Garantir recursos para custear	

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	acolhimento especializados no município, bem como assegurando a acessibilidade nos espaços de atendimento público, vias, praças e demais locais de convivência.	pessoas com deficiência	Assistência Social de 2025	municipal para pessoa com deficiência	instituições de acolhimento em nível regional e estadual	demanda identificada no município	demanda identificada no município	demanda identificada no município	estaduais e municipais.
20.	Padronizar procedimentos de referência e contrarreferência entre Cadastro Único, CRAS e CREAS, garantindo que os beneficiários sejam inseridos sistematicamente em atividades do PAIF e do PAEFI, conforme sua situação de vulnerabilidade.	Capacitar os cadastradores do CADÚNICO quanto à identificação de demandas de atendimentos nos serviços socioassistenciais conforme complexidade	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Falta compreensão por parte dos cadastradores quanto vulnerabilidade e e violação de direitos	Incluir pauta no NEP e dar início ao ciclo de capacitação	Capacitação	Capacitação	Capacitação	Recursos federais, estaduais e municipais.
		Encaminhar pelo GESUAS as situações identificadas para	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Existe sistema com prontuário eletrônico que	Qualificar o registro de atendimento no	Encaminhamentos realizados pelo	Encaminhamentos realizados pelo GESUAS	Encaminhamentos realizados pelo	Recursos federais,

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		atendimento e atividades ofertadas pelos serviços socioassistenciais, conforme complexidade		permite encaminhamento de referência e contrarreferência	CADÚNIC O, encaminhando situações identificadas	GESUAS conforme complexidade e identificada	conforme complexidade identificada	GESUAS conforme complexidade e identificada	estaduais e municipais.
21.	Incentivar a realização de reuniões de rede local com periodicidade mínima bimestral, com registros sistemáticos, pautas conjuntas e construção de planos de ação compartilhados para acompanhamento das famílias.	Instituir um calendário bimestral de reuniões da rede local intersetorial, envolvendo serviços da Assistência Social, Saúde, Educação, entidades parceiras e demais órgãos pertinentes, com definição prévia de pautas conjuntas, elaboração de atas e registro sistemático das discussões	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Reuniões são realizadas conforme demanda, sem ter um calendário fixo	Instituir calendário	Realizar reunião mensais conforme calendário	Realizar reunião mensais conforme calendário	Realizar reunião mensais conforme calendário	Recursos federais, estaduais e municipais.
22.	Ampliar número de técnicos nas frentes de serviço,	Ampliar equipe técnica com foco na ampliação e	Deliberação da Conferência de	Existe quadro técnico, entretanto,	Concurso público para psicólogo e	Manutenção dos profissionais	Manutenção dos profissionais	Manutenção dos profissionais	Recursos federais,

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	principalmente, na proteção social básica, expandindo acompanhamento, reduzindo filas e tempo de espera na frente de atendimento, bem como fortalecendo o cadastro único com a atuação de um técnico de nível superior	qualificação dos atendimentos e acompanhamentos	Assistência Social de 2025	ausência de profissionais de psicologia e pedagogia	pedagogo e manutenção dos profissionais de serviço social	de nível técnico	de nível técnico	de nível técnico	estaduais e municipais.
23.	Ampliar de horários de funcionamento nos equipamentos CRAS e CREAS, atendendo demanda fora de horário comercial.	Implementar a ampliação dos horários de funcionamento dos equipamentos CRAS e CREAS, incluindo atendimento em períodos fora do horário comercial (horário de almoço e até às 19h), para atender as	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Muitos usuários do SUAS não dispõem de horário disponível para comparecer nos serviços em horário comercial	Implementar escala de trabalho para horário ampliado	Manter escala de trabalho para horário ampliado	Manter escala de trabalho para horário ampliado	Manter escala de trabalho para horário ampliado	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		necessidades dos usuários, especialmente aqueles que não podem acessar os serviços em horário convencional.							
24.	Fortalecer a centralidade da Política de Assistência Social, promovendo a delimitação clara de competências e evitando a sobrecarga administrativa da Secretaria com demandas de outras políticas públicas.	Sensibilizar o Poder Público para a descentralização dos serviços e delimitação das competências institucionais, promovendo o fortalecimento da Política de Assistência Social e a redução de sobrecarga administrativa da Secretaria.	Resultado do Diagnóstico Socioterritorial	A estrutura do órgão gestor encontra-se fragilizada pela absorção de outras pastas, prejudicando a identidade e a centralidade da Assistência Social.	Articular com o Poder Público a necessidade de descentralização de políticas setoriais, com a apresentação da proposta inicial de redefinição de competências	Descentralização de setoriais	Fortalecimento da centralidade da Política de Assistência Social	Fortalecimento da centralidade da Política de Assistência Social	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
					institucionais				
25.	Fortalecer a rede socioassistencial por meio de parcerias com entidades da sociedade civil, ampliando a oferta e a capilaridade das ações no território.	Rever a estrutura organizacional e estabelecer critérios para parcerias com o terceiro setor, mostrando ao Poder Executivo até onde vai a cobertura socioassistencial e em quais nichos uma OCS poderia atuar, gerando proteção social e crescimento do setor	Monitoramento do PMAS anterior	Não houve avanços quanto a compreensão sobre parcerias com OSCs através da MROSC	Elaborar documento técnico quanto a cobertura socioassistencial e em quais nichos OSCs poderiam atuar	Realizar o 1º Seminário sobre parcerias com OSCs através da MROSC	Capacitação	Celebração de parcerias	Recursos federais, estaduais e municipais.
		Incentivar a celebração de parcerias e termos de colaboração com organizações da sociedade civil para complementar ações de caráter socioassistencial,	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Celebração de parceria apenas com a ILPI	Levantamento e articulação para fortalecimento de entidades locais	Orientação técnica para fortalecimento e qualificação das ofertas	Orientação técnica para fortalecimento e qualificação das ofertas	Proposta para celebração de parcerias	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		respeitando os princípios do SUAS e as normativas legais vigentes.							

4.4 FINANCIAMENTO

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
1.	Ampliar os recursos financeiros destinados à Política de Assistência Social, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços, projetos e benefícios eventuais oferecidos à população.	Buscar diversificação, expansão e incremento das fontes de financiamento, incluindo recursos próprios, transferências estaduais e federais, e parcerias, assegurando planejamento financeiro eficiente para manutenção e	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Expansão dos serviços e ações que ainda não detém de financiamento : CRAS volante, novo CRAS, PSE pessoa idosa e pessoa com deficiência, Centro Dia	Manter CADSUAS atualizado e demonstrar, através de Estudo técnico a necessidade de expansão dos serviços	Manter CADSUAS atualizado e demonstrar, através de Estudo técnico a necessidade de expansão dos serviços	Manter CADSUAS atualizado e demonstrar, através de Estudo técnico a necessidade de expansão dos serviços	Manter CADSUAS atualizado e demonstrar, através de Estudo técnico a necessidade de expansão dos serviços	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		expansão das ações socioassistenciais.							
2.	Garantir financiamento municipal contínuo para a manutenção do Centro-Dia da Pessoa com Deficiência, assegurando a oferta e qualidade dos serviços prestados.	Incluir no orçamento municipal recursos específicos destinados ao Centro-Dia, promovendo sua sustentabilidade financeira e fortalecendo a atenção às necessidades das pessoas com deficiência no município.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Oferta do Centro Dia pela rede privada	Realizar estudo de viabilidade técnica e financeira para formalização de parceria	Incluir dotação orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual (LOA).	Celebrar Parceria	Expansão do Serviço	Recursos federais, estaduais e municipais.
3.	Aprimorar o planejamento orçamentário e financeiro da Política de Assistência	Realizar planejamento orçamentário e definição de financiamento de	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Não é realizado planejamento participativo, entretanto, já são utilizados	Implantar metodologia participativa para o planejamento orçamentário	Implementar metodologia participativa e dados levantamento da Vigilância	Implementar metodologia participativa e dados levantamento da Vigilância	Implementar metodologia participativa e dados levantamento da Vigilância	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	Social, com base em evidências e participação social.	forma participativa, considerando os dados e análises produzidos pela Vigilância Socioassistencial, assegurando que os recursos sejam alocados conforme as reais necessidades dos territórios e públicos atendidos.		dados e estudos da Vigilância Socioassistencial		Socioassistencial	Socioassistencial	Socioassistencial	
4.	Garantir condições adequadas de funcionamento dos equipamentos públicos da assistência social, por meio de investimentos contínuos em infraestrutura e recursos materiais.	Destinar recursos do orçamento para manutenção predial, reformas, melhorias nas instalações físicas e aquisição de mobiliário, equipamentos e materiais permanentes nos CRAS, CREAS e demais unidades da	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Abrigo municipal necessita reforma e todas as unidades demandam de manutenção, mobiliário, equipamentos, etc	Manter melhorias e aquisições necessárias	Manter melhorias e aquisições necessárias	Manter melhorias e aquisições necessárias	Manter melhorias e aquisições necessárias	Recursos federais, estaduais e municipais.



Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		rede socioassistencial.							
5.	Ampliar os investimentos próprios na Política de Assistência Social, de forma compatível com as demandas e especificidades dos territórios do município.	Planejar e executar a ampliação dos recursos municipais destinados à assistência social, considerando o custo real dos serviços, programas, benefícios e ações nos diferentes territórios, garantindo maior autonomia financeira e resposta adequada às necessidades locais.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Não existe estudo referente ao custo real	Planejamento	Início	Implementação	Monitoramento e avaliação	Recursos federais, estaduais e municipais.
6.	Ampliar as fontes de financiamento da Política de Assistência Social por meio da captação	Elaborar e implementar um plano municipal de captação de recursos externos, com foco	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Atualmente, o município não possui um plano estruturado e sistemático	Levantamento de oportunidades financeiras	Elaborar e aprovar, junto ao CMAS, o Plano Municipal de Captação de	Criar banco de projetos	Monitorar e implementar	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	de recursos externos, principalmente para atuação de OSCs.	na identificação de oportunidades como emendas parlamentares, editais, convênios e projetos, visando o fortalecimento e a expansão da rede socioassistencial.		para captação de recursos externos.		Recursos Externos.			
7.	Garantir a gestão eficiente, integrada e transparente dos recursos do IGD-SUAS e IGD-PBF, contribuindo para a qualificação da gestão do SUAS no município.	Promover o uso planejado e articulado dos recursos do IGD-SUAS e IGD-PBF, assegurando que sua aplicação seja alinhada às prioridades da gestão, com transparência, controle social e foco na melhoria da qualidade dos	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	A utilização dos recursos do IGD-SUAS e IGD-PBF ocorre sem um planejamento detalhado de médio e longo prazo, sendo muitas vezes destinada a demandas emergenciais ou pontuais.	Elaborar, com participação do CMAS, um plano anual de aplicação dos recursos do IGD-SUAS e IGD-PBF, alinhado ao Plano Municipal de Assistência Social.	Atualizar	Atualizar	Atualizar	Recursos federais, estaduais e municipais.

N°	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		serviços, cadastros e acompanhamentos.							

4.5 BENEFÍCIOS EVENTUAIS

N°	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
1.	Ampliar e qualificar do benefício eventual de auxílio transporte, ampliando o acesso a direitos, visto as características rurais do município	Divulgar amplamente o direito ao auxílio transporte de forma a ampliar a cobertura do benefício eventual mobilidade para comunidades rurais.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Realizar, através do CRAS Volante, oficinas em todas as localidades atendidas no mês	Realizar, através do CRAS Volante, oficinas em todas as localidades atendidas no mês	Realizar, através do CRAS Volante, oficinas em todas as localidades atendidas no mês	Realizar, através do CRAS Volante, oficinas em todas as localidades atendidas no mês	Realizar, através do CRAS Volante, oficinas em todas as localidades atendidas no mês	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
3.	Integrar a concessão do auxílio alimentação ao acompanhamento sistemático das famílias nos serviços da proteção social básica e especial, mediante fluxos padronizados, critérios definidos, e registro nos prontuários, garantindo que o benefício seja	Manter cesta básica enquanto benefício eventual assegurando as seguranças sociais de acolhida, convivência e sobrevivência.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Alto índice de fornecimento de benefícios eventuais de forma continuada	Concessões em situações pontuais e emergenciais	Concessões em situações pontuais e emergenciais	Concessões em situações pontuais e emergenciais	Concessões em situações pontuais e emergenciais	Recursos federais, estaduais e municipais.
		Oferta de cartão alimentação para casos que demandam complemento de renda, de forma a implementar um programa de transferência de renda	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Intenção por implementar programa municipal de transferência de renda	Realizar diagnóstico socioeconômico municipal e estudo de viabilidade técnica e financeira para a criação de um programa municipal de transferência de renda, com apoio do Conselho Municipal de Assistência	Elaborar e aprovar, junto ao CMAS, o regulamento do programa, incluindo critérios de elegibilidade, valor do benefício, formas de acompanhamento e fonte de financiamento	Iniciar a implementação do programa, com atendimento de, no mínimo, 30% das famílias em situação de vulnerabilidade e identificadas	Ampliar a cobertura do programa para pelo menos 60% das famílias elegíveis, com monitoramento contínuo dos impactos e ajustes no desenho da política com base nas evidências produzidas pela	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	reconhecido como parte das ações afirmativas de proteção social e fortalecimento de vínculos familiares, e não apenas como resposta imediata à vulnerabilidade econômica ou insegurança alimentar	Articular com as políticas de segurança alimentar, trabalho, desenvolvimento econômico, etc estratégias para redução da dependência por benefícios eventuais.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Não há articulações e/ou ações de outras políticas em detrimento da dependência por benefícios eventuais em alimentação	Social (CMAS) e da Vigilância Socioassistencial.			vigilância socioassistencial.	
					Implementar ações e estratégias por parte de outras políticas	Implementar ações e estratégias por parte de outras políticas	Implementar ações e estratégias por parte de outras políticas	Implementar ações e estratégias por parte de outras políticas	Recursos federais, estaduais e municipais.
4.	Assegurar que o valor do Cartão Alimentação seja	Realizar anualmente levantamento de preços da cesta básica nos mercados locais, comparando com o	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Há levantamento recente e	Levantamento de preços	Levantamento de preços	Levantamento de preços	Levantamento de preços	Recursos federais, estaduais e municipais.

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	compatível com o custo real da cesta básica local, garantindo sua efetividade na promoção da segurança alimentar.	valor repassado pelo Cartão Alimentação, e propor revisão contratual sempre que for identificada incompatibilidade significativa.		contrato novo firmado					

4.6 CONTROLE SOCIAL

Nº	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
1.	Ampliar e qualificar os espaços de participação e controle social, assegurando a	Realizar reuniões descentralizadas do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) em	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Reunião são realizadas em espaço público	1 reunião descentralizada, conforme levantamento prévio	2 reuniões descentralizadas, conforme levantamento prévio	3 reuniões descentralizadas, conforme levantamento prévio	4 reuniões descentralizadas, conforme levantamento prévio	Recursos federais, estaduais e municipais.

N ^o	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	representatividade da população rural e urbana nas instâncias deliberativas da política de assistência social.	diferentes localidades do município, incluindo áreas rurais e urbanas, promovendo o debate público e incentivando a escuta ativa da população.							
2.	Fortalecer os mecanismos de escuta qualificada e participação dos usuários da Política de Assistência Social, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços e o protagonismo das famílias atendidas.	Favorecer nas ações coletivas, espaços de Escuta Ativa, para acolher sugestões, críticas e percepções dos usuários sobre os serviços, promovendo o diálogo contínuo entre gestão, equipes técnicas e comunidade.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Há ocorrência de ações coletivas mensais	Implantar espaços de Escuta Ativa em ações coletivas, ampliando também, para canal digital ou físico canal digital ou físico	Implementar espaços de escuta ativa	Implementar os espaços de escuta ativa	Sistematizar o uso das informações obtidas na Escuta Ativa para planejar e ajustar políticas públicas, com apresentação anual dos resultados e ações decorrentes à	Recursos federais, estaduais e municipais.

N ^o	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
								comunidade e aos conselhos municipais	
3.	Qualificar continuamente os profissionais da Política de Assistência Social, fortalecendo suas competências para o exercício da gestão participativa e o apoio efetivo ao controle social	Ofertar formação continuada para os trabalhadores do SUAS, com conteúdo específicos sobre participação social, instâncias de controle, gestão democrática e direitos socioassistenciais, visando comprometimento de participação em coletivos como conselhos de direitos e fóruns de trabalhadores	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Formação realizada de forma esporádica e fóruns de trabalhadores não têm gerado mobilização	1 formação ao ano e eleger uma coordenação para fórum de trabalhadores	1 formação ao ano e 3 reuniões de fórum	1 formação ao ano e 6 reuniões de fórum	1 formação ao ano e reuniões de fórum com calendário anual de reuniões	Recursos federais, estaduais e municipais.
4.	Ampliar o acesso da população às	Divulgar de forma simplificada as ações, serviços e benefícios	Deliberação da Conferência de	Produção esporádica, impressa e	Criar cronograma e materiais de	Implementar	Implementar	Implementar	Recursos federais,

N ^o	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	informações sobre a Política de Assistência Social, promovendo a transparência e o conhecimento dos direitos socioassistenciais.	da assistência social, utilizando linguagem acessível e formatos diversos (impresso e digital), garantindo que a informação chegue a diferentes públicos e territórios, inclusive os de maior vulnerabilidade.	Assistência Social de 2025	digital de conteúdos informativos	divulgação de ações, serviços e benefícios da assistência social				estaduais e municipais.
5.	Assegurar a participação qualificada e efetiva dos usuários da assistência social nos espaços de deliberação e controle social, por meio de estratégias acessíveis e inclusivas.	Realizar Pré-Conferências e reuniões ampliadas nos territórios, com adaptação de linguagem, metodologias participativas e recursos de acessibilidade, garantindo que todos os usuários, inclusive pessoas com deficiência, idosos, crianças,	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Pré conferências realizadas em 2025 junto aos serviços socioassistenciais	Realizar reuniões ampliadas nos territórios com maior índice de atendimentos por parte dos serviços socioassistenciais	Realizar reuniões ampliadas nos territórios com maior índice de atendimentos por parte dos serviços socioassistenciais	Realizar reuniões ampliadas nos territórios com maior índice de atendimentos por parte dos serviços socioassistenciais	Realizar reuniões ampliadas nos territórios com maior índice de atendimentos por parte dos serviços socioassistenciais	Recursos federais, estaduais e municipais.

N ^o	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		adolescentes e moradores de áreas rurais, compreendam e participem ativamente das discussões.							
6.	Garantir a transparência e ampliar a participação da população nas instâncias de controle social da Política de Assistência Social.	Divulgar com antecedência as reuniões ordinárias e extraordinárias do CMAS por meio das redes sociais institucionais, rádio local e outros meios acessíveis à população, incentivando a presença e o acompanhamento das deliberações.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Existe calendário anual deliberado em conselho, mas sem divulgação	Ampla divulgação do calendário anual e das reuniões mensais	Ampla divulgação do calendário anual e das reuniões mensais	Ampla divulgação do calendário anual e das reuniões mensais	Ampla divulgação do calendário anual e das reuniões mensais	Recursos federais, estaduais e municipais.
7.	Fortalecer os mecanismos de participação, escuta e	Criar e divulgar amplamente canais de ouvidoria e denúncia anônima da	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Existe ouvidoria municipal	Divulgar cm assiduidade o canal da ouvidoria	Divulgar cm assiduidade o canal da ouvidoria	Divulgar cm assiduidade o canal da ouvidoria	Divulgar cm assiduidade o canal da ouvidoria	Recursos federais,

N ^o	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	controle social da política de assistência social, garantindo transparência, ética e qualidade nos atendimentos.	assistência social, garantindo que a comunidade possa: Avaliar e sugerir melhorias nos serviços; Denunciar irregularidades e maus atendimentos; Sinalizar casos que necessitam de acompanhamento social; informar, de forma anônima, possíveis fraudes no recebimento de benefícios.			municipal e implantar nos serviços socioassistenciais caixa de reclamações e sugestão	municipal e manter nos serviços socioassistenciais caixa de reclamações e sugestão	municipal e manter nos serviços socioassistenciais caixa de reclamações e sugestão	municipal e manter nos serviços socioassistenciais caixa de reclamações e sugestão	estaduais e municipais.
8.	Ampliar a transparência da gestão da Política de Assistência Social, promovendo o acesso da população às informações sobre as prestações de contas e	Divulgar de forma clara, acessível e periódica as prestações de contas da Política de Assistência Social, utilizando mídias acessíveis como redes sociais, rádios	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Prestação de contas disponibilizada ao CMAS, sem ampla divulgação	Divulgar prestação de contas sempre que pautada em CMAS	Implantar audiência pública para prestação de contas	Manter ampla divulgação e realização de audiências públicas	Manter ampla divulgação e realização de audiências públicas	Recursos federais, estaduais e municipais.

N ^o	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
	a aplicação dos recursos públicos.	comunitárias, murais públicos, painéis informativos nos CRAS/CREAS e boletins impressos ou digitais.							
9.	Promover o conhecimento e a compreensão do funcionamento dos conselhos de assistência social entre a população e os usuários dos serviços.	Desenvolver e distribuir materiais informativos didáticos, com linguagem acessível e visual atrativo, explicando as competências, atribuições, composição e formas de participação nos conselhos de assistência social.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Não há material padronizado sobre o funcionamento do CMAS. As informações disponíveis estão dispersas em documentos técnicos e normativas, pouco atrativas ao público em geral e de	Elaborar material gráfico com ampla distribuição, <i>reels</i> e <i>podcasts</i> em redes sociais	Elaborar material gráfico com ampla distribuição, <i>reels</i> e <i>podcasts</i> em redes sociais	Manter a elaboração de materiais gráficos e digitais, divulgando-os amplamente	Manter a elaboração de materiais gráficos e digitais, divulgando-os amplamente	Recursos federais, estaduais e municipais.

N ^o	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
				difícil compreensão.					
10.	Garantir a transparência e o acesso público às decisões e deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).	Publicizar regularmente as atas e deliberações do CMAS em canais acessíveis à população, como site oficial.	Deliberação da Conferência de Assistência Social de 2025	Atas e deliberações não são publicizadas	Publicizar no site oficial do município e criar rede social para divulgação	Publicizar no site oficial do município e criar rede social para divulgação	Publicizar no site oficial do município e criar rede social para divulgação	Publicizar no site oficial do município e criar rede social para divulgação	Recursos federais, estaduais e municipais.
11.	Promover funcionamento dos conselhos, garantir orçamento e implantar conselhos da Pessoa com Deficiência e LGBTQIA+	Fomentar a participação popular e implantar os conselhos da Pessoa com Deficiência e LGBTQIA+	Monitoramento do PMAS anterior	Os conselhos da Pessoa com Deficiência e LGBTQIA+ ainda não foram implantados	Elaborar Minuta de regulamentação e mobilizar a composição dos conselhos	Conselhos definidos, atuantes e com capacitação continuada	Conselhos definidos, atuantes e com capacitação continuada	Conselhos definidos, atuantes e com capacitação continuada	Recursos federais, estaduais e municipais.
		Atualizar Lei 1360, fortalecer equipe de apoio técnico e	Monitoramento do PMAS anterior	A estrutura de apoio aos conselhos divide espaço	Fortalecer equipe de apoio técnico	Garantir sede independente da Gestão e VSA	—	—	Recursos federais,

N ^o	Objetivo	Ação Estratégica	Forma de pactuação	Indicador marco 0	Metas anualizadas				Fonte de financiamento
					2026	2027	2028	2029	
		garantir sede independente da Gestão e VSA		com setores técnicos, comprometendo o funcionamento adequado.					estaduais e municipais.
1 2.	Garantir a continuidade e a regularidade do monitoramento do PMAS, assegurando a avaliação sistemática das metas e ações previstas, para aprimorar a gestão e a efetividade das políticas socioassistenciais.	Instituir um cronograma anual de monitoramento e avaliação dos planos de assistência social, com reuniões periódicas da equipe técnica e do conselho municipal, utilizando indicadores definidos previamente e relatórios padronizados para acompanhamento e tomada de decisão.	Monitoramento do PMAS anterior	O monitoramento dos planos de assistência social ocorre de forma descontinuada	Instituir, através do CMAS e gestão da assistência social cronograma de monitoramento e avaliação	Cronograma com monitoramento regular	Cronograma com monitoramento regular	Cronograma com monitoramento regular	Recursos federais, estaduais e municipais.



5. MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

Quadro - Serviço, ações estratégicas no plano de ação, períodos e fontes de financiamento

Serviço	Ações estratégicas	2026	2027	2028	2029	M	E	N
PAIF	todas correlatas	X	X	X	X	X	X	X
SCFV	todas correlatas	X	X	X	X	X	X	X
PSB no Domicílio	todas correlatas	-	-	X	X		X	X
PAEFI	todas correlatas	X	X	X	X	X	X	X
MSE	todas correlatas	X	X	X	X	X	X	X
PSE PCD, pessoas idosas e suas famílias - no CREAS e no Centro Dia - este último é uma OSC.	todas correlatas	X	X	X	X	-	X	X
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	todas correlatas	X	X	X	X	X	X	X
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes	todas correlatas	X	X	X	X	X	-	X
Serviço de Acolhimento para a Pessoa Idosa - OSC	todas correlatas	X	X	X	X	X	-	-

(BRASIL, 2012; BRASIL, 2015, p. 76).



6. RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS E QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA NOS EQUIPAMENTOS

Categoria Profissional	Quantitativo de RH existente				Total Existente	Total Necessário a ser conquistado
	CONCURSADO	COMISSIONADO	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	REDE PRIVADA		
Assistente Social	9	0	0	2	11	13
Psicólogo	1	0	2	2	5	6
Pedagogo Social	1	0	0	0	0	3
Cuidador Social	8	0	0	8	0	10
Orientador Social ou Educador Social	7	0	7	1	15	15
Função Administrativa	12	1	0	2	15	15
Função Limpeza e Cozinha	9	0	0	3	10	13
Função Lavanderia	0	0	0	1	1	2
Função Motorista	7	0	0	0	7	7
Função Segurança	0	0	2	0	2	2
TOTAL						91

Equipamento Público	Ambiente Físico	Serviços e Benefícios Ofertados	Expansões Necessárias
CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)	Sede física localizada em área de abrangência territorial.	<ul style="list-style-type: none"> - PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) - SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) - Cadastro Único e Bolsa Família - Encaminhamentos e orientação socioassistencial - Benefícios eventuais 	<ul style="list-style-type: none"> - Novo CRAS; - Execução do PSB no Domicílio; - Expansão na oferta de oficinas; - Expansão de ações no TSF; - Estratégias de articulação intersetorial.
CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)	Unidade física especializada.	<ul style="list-style-type: none"> - PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) - Atendimento a pessoas em situação de violação de 	<ul style="list-style-type: none"> - Organização da Equipe conforme orientações técnicas; - Expansão de ações no TSF;



		direitos - Medidas socioeducativas em meio aberto - Orientações jurídicas, psicológicas e sociais - Benefícios eventuais	- Estratégias de articulação intersetorial; - Efetivar o PSE para pessoas com deficiências, idosas e suas famílias.
Abrigo Institucional e Família Acolhedora	Casa de acolhimento institucional e lares de famílias acolhedoras cadastradas.	- Acolhimento provisório de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar - Acompanhamento psicossocial - Encaminhamentos à rede de garantias de direitos - Benefícios eventuais	- Ter plano exequível de qualificação profissional e preparação para desacolhimento de adolescentes próximos ou que já tenham 18 anos; - Adequação do espaço físico; - Melhorar articulação interna dos trabalhadores.
ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos)	Residência institucional permanente para pessoas idosas.	- Acolhimento integral de idosos em situação de vulnerabilidade - Atendimento multidisciplinar (assistência, saúde e lazer) - Garantia de direitos e convivência comunitária	- Construir PIAs; - Trabalhar com a possibilidade de desacolhimento; - Ampliar fontes de financiamento; - Fortalecer ações de fortalecimento de vínculos comunitários.
Centro-Dia Apaeano	Exclusivo para pessoas com deficiência.	- Atendimento e cuidado de pessoas com deficiência - Atividades de convivência, estimulação e inclusão - Apoio às famílias e cuidadores - Serviços de proteção social especial de média complexidade	- Buscar fontes de financiamento; - Ampliar serviço; - Articulação com o CREAS.

Estrutura Disponível: Gabinete Sala de apoio administrativo Sala de corpo técnico Sala de reuniões Sala para recepção



7. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2012; BRASIL, 2015), resultados são as mudanças diretas percebidas pelos beneficiários a partir da participação em uma política pública. Já os impactos correspondem às contribuições dessa política para mudanças sociais mais amplas, sendo efeitos indiretos e de longo prazo sobre a sociedade. No contexto de Reserva-PR, os resultados e impactos esperados foram definidos considerando as informações do Diagnóstico Socioterritorial, as deliberações das conferências municipais de assistência social e a realidade local identificada no monitoramento das ações.

Resultados Esperados (efeitos diretos sobre os beneficiários da política de assistência social no município):

- Ampliar o acesso da população rural aos serviços socioassistenciais, por meio da expansão do CRAS Volante e de ações descentralizadas em comunidades de difícil acesso.
- Fortalecer vínculos familiares e comunitários, ampliando as ações do PAIF e do SCFV, com foco em públicos prioritários como pessoas idosas, adolescentes e pessoas com deficiência.
- Aprimorar a atenção a grupos em situação de vulnerabilidade e risco social, garantindo atendimento especializado no CREAS, ACOLHE, ILPI e Centro-Dia Apaeano.
- Qualificar o atendimento e a proteção social às famílias, com escuta qualificada, atuação técnica e atualização sistemática do diagnóstico socioterritorial.
- Melhorar o acesso e a gestão de benefícios socioassistenciais (benefícios eventuais e Programa Bolsa Família), com mais transparência, agilidade e alcance.
- Aumentar a eficácia nas ações de prevenção e enfrentamento de violações de direitos, por meio de protocolos de atendimento integrados entre equipamentos, conselhos e rede de proteção.
- Ampliar a participação social e o controle social, incentivando a presença ativa de usuários e conselheiros nas instâncias decisórias.
- Aprimorar a gestão da política pública, fortalecendo a vigilância socioassistencial, o uso de dados qualificados e o monitoramento contínuo das ações.

Impactos Esperados (efeitos indiretos e de longo prazo da política de assistência social sobre a sociedade local):

- Reduzir as desigualdades sociais no território, ampliando o acesso a direitos, serviços e benefícios da política de assistência social.



- Fortalecer a rede de proteção social no município, tornando-a mais articulada e eficaz na prevenção de vulnerabilidades e no enfrentamento de situações de risco.
- Melhorar a qualidade de vida de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, garantindo acesso a serviços, formação, benefícios e acolhimento.
Promover a equidade territorial, considerando as especificidades de áreas urbanas e rurais na organização e execução das ações.
- Consolidar o reconhecimento da assistência social como política pública essencial e garantidora de direitos, valorizando serviços e profissionais do SUAS.
- Avançar na inclusão social e produtiva das famílias acompanhadas, com ações de qualificação profissional, geração de renda e fortalecimento da autonomia.
- Reforçar a integração entre políticas públicas (saúde, educação, habitação, trabalho), ampliando a intersetorialidade nas ações no território.
- Fortalecer a cidadania ativa e o pacto democrático, por meio da escuta, da participação comunitária e da articulação com a sociedade civil.

8. INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A NOB/SUAS 2012 dedica a Seção III do Capítulo VIII para estabelecer as diretrizes para o monitoramento do SUAS. Define o monitoramento como o acompanhamento contínuo e sistemático do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em relação ao cumprimento de seus objetivos e metas, assim, a atividade de monitoramento está conectada com os objetivos e metas definidos. Além disso, a norma define como o monitoramento deve ser realizado por meio da produção regular de indicadores e da coleta de informações. (BRASIL, 2012; BRASIL, 2015, p. 81).

É imperativo que o PMAS seja periodicamente monitorado e, quando necessário, ajustado frente situações adversas ou imprevistas. Fatores como recursos materiais, estruturais, humanos e orçamentários são basilares para a conquista dos objetivos propostos, porém estão sujeitos a variáveis que, por vezes, fogem à capacidade de projeção de um plano municipal. Ainda, embora seja fundamental ao órgão gestor e a toda rede socioassistencial empreender esforços no sentido do alcance das metas, e sua continuidade uma vez atingidas, ações programadas para uma determinada conjuntura podem deixar de se configurar como estratégias compatíveis, a depender do contexto apresentado.

Nesse sentido, é muito importante para a vitalidade do plano que o mesmo seja continuamente avaliado, ajustado e aperfeiçoado, não só em seus resultados, mas também em seus processos, possibilitando a adoção de novas estratégias e a otimização de recursos ao longo do percurso. Além disso, seu constante monitoramento favorece a transparência e acompanhamento pelas instâncias de controle social.

O Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029 terá quatro ciclos de monitoramento:



1º Ciclo: 2026

2º Ciclo: 2027

3º Ciclo: 2028

4º Ciclo: 2029

O monitoramento e a avaliação do plano serão coordenados pelo CMAS e realizados ao longo dos 4 ciclos, com periodicidade mínima anual, sendo a análise dos indicadores e dos resultados alcançados feita de forma conjunta com o órgão gestor da assistência social ao final de cada ciclo de monitoramento.

Para tanto, a Deliberação nº 20/2025-CMAS constituiu a comissão do presente plano, tendo por representantes: a) secretário executivo do CMAS; b) 1 representante não governamental; c) 1 representante governamental. Sua função será monitorar o plano, com a periodicidade anual, elaborando relatório quanto aos resultados alcançados, as dificuldades encontradas e as recomendações para o próximo período. Além da avaliação anual, pode haver avaliações parciais ao longo do ano, dependendo das necessidades e da complexidade das ações.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Norma Operacional Básica do SUAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 03/01/2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Curso de atualização de Planos de Assistência Social**. - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2015.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado.

BRASIL, Lei Federal Nº 8.742, 07 de dezembro de 1993 – **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS** - Dispõe sobre a organização da assistência social e dá providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm> Acesso em: outubro de 2024.

BRASIL. **Relatório de Programas e Ações**. Disponível em <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=412170&aM=0>>. Acesso em outubro de 2024.

BRASIL. **Tabulador do Cadastro Único**. Disponível em <https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php>. Acesso em outubro de 2024.

LUZ, Luiz Anderson Gonçalves. **Município de Reserva: Memórias e identidades Pessoais**. Material Didático Professor PDE/2014. Reserva, 2014. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ue_pg_hist_pdp_luiz_aderson_goncalves_luz.pdf>, acesso em outubro de 2024.

IBGE. **Panorama do município de Reserva**. IBG Cidades. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/reserva/panorama>>. Acesso em outubro de 2024.

IPARDES. **Caderno Estatístico do Município de Reserva**. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84320&btOk=ok>>. Acesso em outubro de 2024.



ANEXOS

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA

Estado do Paraná

DELIBERAÇÃO Nº 20/2025

SÚMULA: O Conselho Municipal de Assistência Social DELIBERA pela instituição da Comissão de Monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS, e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1622/2025,

Considerando a necessidade de acompanhamento contínuo e sistemático do Plano Municipal de Assistência Social, visando a análise do cumprimento das metas e o aprimoramento das ações da política de assistência social no município;

Considerando a importância de instituir comissão específica para monitorar o novo PMAS 2026-2029, garantindo a periodicidade e a qualidade do processo de avaliação;

Considerando a deliberação da plenária realizada no dia 07/08/2025 registrada em ATA nº 173:

DELIBEROU

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS, com a finalidade de:

- I – Monitorar anualmente o cumprimento das metas estabelecidas no PMAS;
- II – Elaborar relatório anual contendo os resultados alcançados, as dificuldades encontradas e as recomendações para o período seguinte;
- III – Realizar avaliações parciais ao longo do ano, sempre que necessário, de acordo com a complexidade das ações.

Art. 2º A Comissão será composta por:

- a) Secretário(a) Executivo(a) do CMAS;
- b) 01 (um) representante não governamental;
- c) 01 (um) representante governamental.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Reserva, em 07 de agosto de 2025

Juliana Kolcheski Borowiec
Secretaria Executiva do CMAS



PUBLICAÇÃO

jornaldamanha

Diretor: Eloi Rodrigues • Ponta Grossa, Sábado à Segunda-feira, 16 a 18 de agosto de 2025 • www.jornaldamanha.info • Ano 72 • 21.862 • R\$ 10,00

PUBLICAÇÃO LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
DELIBERAÇÃO Nº 20/2025
SÚMULA: O Conselho Municipal de Assistência Social DELIBERA pela instituição da Comissão de Monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social - PMAS, e de suas provisórias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 177/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2025
PROCESO Nº 146/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA. CONTRATADA: APINHEIRO FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 43.498.044/001-04.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
PORTARIA Nº 5.304, 15 DE AGOSTO DE 2025.
Súmula: Homologa o resultado do Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº. 045/2025, adjudicando o objeto do Edital aos vencedores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
PORTARIA Nº 5.308, 15 DE AGOSTO DE 2025.
Súmula: Homologa o resultado do Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº. 047/2025, adjudicando o objeto do Edital aos vencedores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 219/2025
Processo eletrônico nº 063/2025
Pregão eletrônico 061/2025
OBJETO: Aquisição de material de expediente e equipamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
PORTARIA Nº 5.305, 15 DE AGOSTO DE 2025.
Súmula: Homologa o resultado do Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº. 044/2025, adjudicando o objeto do Edital aos vencedores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 007/2025
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 101-2025
CONTRATANTE: Município de Reserva PR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
PORTARIA Nº 5.307, 15 DE AGOSTO DE 2025.
Súmula: Homologa o resultado do Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº. 046/2025, adjudicando o objeto do Edital aos vencedores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 214/2025
Processo eletrônico nº 063/2025
Pregão eletrônico 061/2025
OBJETO: Aquisição de material de expediente e equipamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 215/2025
Processo eletrônico nº 063/2025
Pregão eletrônico 061/2025
OBJETO: Aquisição de material de expediente e equipamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.